

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 01/2017

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- 2.ª Secretária:** - *Otília Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 5.ª Sessão
28 de novembro de 2016** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Ata da 1.ª Sessão Extraordinária
12 de dezembro de 2016** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
 - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Registo de Faltas.

Carlos Alberto Miranda Monteiro, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Marisa Raquel Monteiro Alves, Emanuel Sérgio Batista, Edgar Alberto Pires e José dos Santos Sousa.

----- **A Senhora Secretária da Assembleia Municipal, Eduarda Neiva Rosa disse:**

Boa tarde a todos.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e foram feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- *Humberto António Cordeiro (PSD)* é substituído pela Senhora Deputada *Maria da Piedade Trigo (PSD)*.
- *José dos Santos Sousa*, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), é substituído pela Senhora Secretária da Junta de Freguesia de Fradizela, *Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão (PSD)*.
- *Edgar Alberto Pires*, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites (PSD), é substituído pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Alvites, *Armindo José Esteves (PSD)*.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas:

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 28 de novembro de 2016 e da Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de dezembro de 2016.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Ata da 5.ª Sessão Ordinária de 28 de novembro de 2016.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de dezembro de 2016.

1.º Período de Intervenção do Público

Junta
Dinis
Obsequio

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

Antes da Ordem do Dia

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Tenho aqui uma informação da triste notícia, o falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valverde, não sei se depois os representantes dos Grupos Municipais vão apresentar algum Voto de Pesar. Fica aqui esta nota de aviso sobre essa matéria.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciar o Voto de Pesar vou fazer um esclarecimento que me chamou a atenção nas atas, as faltas injustificadas, nunca me tinha apercebido disso e muita gente pode não ligar. As faltas injustificadas se me mandar embora vou, cuidado, quando chegar a altura de perder o mandato o Tribunal Administrativo manda o ofício a dizer que perdeu o mandato e vem acompanhado com uma guia para pagar as custas do Tribunal, tenham cuidado que isso sai muito caro, é a informação que eu vos queria dar, só agora me apercebi disso portanto não é, não justifico que não vale a pena, cuidado. Quando o Tribunal Administrativo disser, perdeu o mandato vem acompanhado de uma guia para ir pagar as custas de processo e isso sai muito caro.

É normal que esta Assembleia Municipal faça um Voto de Pesar quando algum membro de um órgão autárquico no ativo ou não, tenha falecido, bem como outras pessoas que muito contribuíram com o seu trabalho e dedicação aos outros, quer em Instituições quer com ações individuais, para que outros fossem felizes e se sentissem bem no nosso concelho e para o seu desenvolvimento.

A Assembleia Municipal representante de todo o concelho deve a estas pessoas uma justa homenagem e reconhecimento, por tudo o que fizeram durante a sua vida em prol dos outros.

Os nomes destas pessoas merecem ficar registados numa Ata da Assembleia Municipal para memória futura, para que as novas gerações não nos acusem de ingratos com aqueles que dedicaram muito do seu tempo em benefício das gentes da sua terra.

E como tal, permitam-me que recorde uma pessoa que recentemente nos deixou:

Hernâni Augusto Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Valverde da Gestosa, durante vários mandatos, homem simples, respeitador e respeitado, defensor dos direitos dos seus eleitores e pronto a resolver qualquer problema que surgia na sua freguesia, mesmo com prejuízo da sua vida pessoal **faleceu em 11 de fevereiro de 2017**.

Assim, o Grupo Municipal do PPD/PSD propõe nesta Assembleia Municipal, que delibere os seguintes pontos:

1. **Um minuto de silêncio pelo falecimento de Hernâni Augusto Lopes.**
2. **Que este voto de pesar seja enviado à viúva e filhos, com as condolências dos membros da Assembleia Municipal de Mirandela.**
3. **Que seja publicado num jornal local.**

-----Este Voto de Pesar mereceu da Assembleia Municipal a seguinte votação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por unanimidade, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor *Hernâni Augusto Lopes*, guardando um minuto de silêncio em sua memória.

----- **A Senhora Deputada Municipal Eduarda Neiva Rosa (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar ser o mais sucinta possível, pois muito teria a dizer acerca de um assunto que me é querido, por motivos que todos saberão e diz respeito a tão faladas obras na Escola Secundária.

Assim, depois de durante vários anos a Escola ter apelado ao Ministério da Educação para que disponibilizasse verbas necessárias para obras de manutenção, tendo sido alertado para o estado de degradação que sofria, a resposta que obtínhamos era quase nula e de ano para ano, a verba atribuída para o orçamento da escola vinha diminuindo, muitas das vezes apenas e quase só chegando para pagar o referente a aquecimento e pouco mais. Ao longo de 32 anos ouve 2 intervenções apenas: A substituição de caixilharia num bloco e a cobertura do ginásio pois era em fibrocimento.

O edificado em blocos, foi-se deteriorando cada vez mais apesar dos sucessivos pedidos de intervenção. Mesmo assim os alunos, na sua maioria, foram conseguindo alcançar os seus objetivos com bons resultados, pese embora as condições adversas do equipamento onde passavam a maior parte do dia, sendo bem patentes as desigualdades de conforto e até de oportunidades relativamente a outros. Não bastava já a interioridade.

Devo dizer que tudo isto decorreu em períodos de alternância de poder e com sucessivos governos.

Até que em 2006 a 2011, governo de Sócrates surge uma esperança. As construções escolares foram entregues a uma empresa que se criou e passou a chamar-se Parque Escolar. Depois de feita uma avaliação sobre o mau estado das escolas do país, sai a deliberação em Diário da República daquelas que iam ser sujeitas a intervenção. A nossa escola não constava nessa 1ª fase.

Foi contemplada na 2ª. Vai ser agora dizia-se.

Junho
Dezembro
Outubro

Contrataram-se projetistas, existe um projeto pago a preço de ouro e que agora provavelmente foi parar ao caixote do lixo. O custo da obra ficava em 13 milhões e 800 mil euros. Finalmente aberto concurso público para a obra o mesmo foi ganho pela empresa Santana, tendo havido reclamação de outra porque, presume-se, se teriam esquecido de contabilizar os custos com o aluguer dos contentores.

Novo concurso e quem ganhou? A empresa reclamante que ninguém conhece a Mota-Engil mas, sim é do amigo do amigo e provavelmente até de outro amigo...

Enfim, vamos ter uma escola de sonho, à semelhança de outras que neste momento não conseguem suportar os custos com manutenção.

Em minha opinião um exagero.

Ninguém queria nem pedia projetos megalómanos. Pretendia-se sim obras de restauro que dessem resposta às necessidades prementes e com renovação de alguns setores, por ex: laboratórios. Pelo contrário embarcou-se numa ilusão de grandeza e viu-se o descalabro que foi com as despesas que advieram das intervenções que se fizeram por este país, algumas inacabadas por falta de verba. Pois então, o vidro teve que vir do estrangeiro, os candeeiros tinham que ser de assinatura, e sabe-se lá o que mais quando, volto a dizer, o que se pedia eram intervenções objetivas, simples e eficazes.

Resultado, o dinheiro não chegou para tudo e à boa maneira dos governos socialistas (mais uma vez a ilusão) é à grande e à francesa, diz o povo (agora já não) direi até, quem chegar depois que feche a porta. E assim foi: Fecharam-nos a porta e a batata quente foi para a outras mãos.

Em 2011, governo PSD/CDS suspendeu a Parque Escolar depois de constatada a ruína financeira em que se encontrava mas que hoje, governo socialista, por sinal até alguém com responsabilidades terá afirmado, seria o governo Parque Escolar, falida mas ressuscitada a executar a obra. Pois sim... Não basta parecer solidária e aparecer. É preciso agir, pressionar e conseguir. Sejam os verdadeiros.

Não fora a boa vontade e persistência deste Presidente da Câmara, atento e preocupado com o bem-estar dos seus munícipes nomeadamente dos nossos jovens, e a Escola Secundária bem que cairia aos poucos.

Atente-se por exemplo no caso da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto em que o respetivo Presidente da Câmara, confrontado com a exigência da realização de obras, se recusou a efetua-las remetendo-as para a entidade responsável ou seja o governo.

O nosso Presidente pelo contrário colocou-se do lado da solução, e depois de várias reuniões e outras tantas negociações, chegou a acordo com o Ministério da Educação para resolver um problema que, mais uma vez relembro, não era seu.

Deixo ao Sr. Presidente da Câmara, se assim o entender e achar necessário, os esclarecimentos sobre os pormenores do acordo, a forma como vão decorrer as obras e os custos que recairão sobre as partes.

Resta-me pois agradecer-lhe Sr. Presidente, e acho até que posso fazê-lo também em nome da comunidade escolar, toda a dedicação, empenho e sensatez demonstrada, tendo encontrado a melhor solução possível, a contento de todos, e as tão almejadas obras vão ser uma realidade. Obrigada.

----- O Senhor Deputado Municipal José António Costa Ferreira (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por incumbência da Comissão Permanente, apresento a esta Assembleia Municipal o balanço das suas actividades no ano de 2016.

No ano de 2016 foram realizadas 7 reuniões da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela, sendo que três delas se destinaram a visitas institucionais, uma vez realçada a importância destas visitas permitindo auscultar as instituições no município, com vista a recolher informação da situação por elas vivida.

No caso concreto foram realizadas visitas às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas de Vale de Salgueiro e de S. Pedro Velho da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, à AIN/Complexo do Cachão; e ao Hospital de Mirandela da ULS Nordeste.

Em 19 de fevereiro de 2016, foi realizada a primeira reunião do ano, tendo para além da visita efetuada às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas de Vale de Salgueiro e de S. Pedro Velho, sido aproveitada para serem abordadas outras questões, nomeadamente apreciação do Relatório Preliminar da visita, anteriormente realizada, à sede da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Na reunião de 11 de março de 2016, a segunda do ano, foi realizada uma visita à AIN/Complexo do Cachão, por merecer a preocupação da Comissão Permanente, após o incêndio ocorrido numa das suas unidades, de forma a averiguar do estado da situação, em particular ao nível da saúde pública, por efeitos dessa ocorrência e as implicações daí decorrentes para a vida laboral do complexo.

Desta visita será produzido um relatório descritivo, tendo sido encarregue a deputada Manuela Gândara da sua realização – *que acompanhou a visita em representação do CDS em substituição do Deputado Nuno Sousa.*

Em 15 de abril de 2016, terceira reunião, foi discutida e aprovada uma Moção, a levar à próxima reunião da Assembleia Municipal desse mesmo mês, sobre a situação de falta de endocrinologistas no distrito de Bragança abrangido pela ULS Nordeste.

Foi também discutido o modelo do habitual Seminário sobre Poder Local, que tem vindo a ser promovido em parceria com o NEDAL (*Núcleo de Estudos do Direito das Autarquias Locais*) da Universidade do Minho e a Assembleia Municipal de Mirandela, tendo ficado decidido de o mesmo ser realizado no mês de Maio, em dia a agendar em conciliação com a Câmara Municipal de Mirandela, que apoia o evento.

Foi ainda discutido o modelo de apresentação da obra “*Dicionário de História de Portugal*”, em que participou o membro da Comissão Permanente José António Ferreira, para o dia 25 de abril de 2016 integrado nas comemorações desse dia, bem como no âmbito das comemorações dos 40 anos de Poder Local a levar a cabo pela Câmara Municipal de Mirandela.

No dia 27 de maio de 2016, quarta reunião da Comissão Permanente, foi discutido o Seminário do NEDAL/AMM - este ano dedicado à Freguesia, como autarquia base mais próxima dos cidadãos - que devido à complexidade do seu programa e entidades a

Junho
Dezembro
Outubro

convidar, se entendeu não estar reunidas as condições para a sua realização neste mês, como estava previsto, tendo sido o mesmo adiado para futura data a agendar, bem como o seu programa em futura reunião da Comissão Permanente.

Em 29 de julho de 2016, data da realização da sua quinta reunião do ano, foi, então, inteiramente dedicada ao modelo a adotar, entidades a convidar e programa do Seminário sobre Democracia Local, promovido em parceria pela Assembleia Municipal e o NEDAL, este ano dedicado à Freguesia. Definido a sua estrutura e entidades a convidar, foi marcado o dia 5 de Outubro para a data da sua realização.

A 28 de outubro de 2016, teve lugar a sexta reunião da Comissão Permanente.

Esta reunião contou com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Eng.º António Branco, para tratamento, avaliação e decisão de alguns dos pontos da Ordem de Trabalhos.

Foi informado, pelo 1.º Secretário da Mesa da AMM, Humberto Cordeiro, que devido a problemas técnicos não ficou gravado algumas das intervenções, devidamente identificadas, de alguns deputados municipais na última Assembleia Municipal de Mirandela de 30 de setembro de 2016. Assim, foi pedido aos representantes dos Grupos Municipais para informarem os membros das suas bancadas que intervieram nos pontos em questão da ordem de trabalhos, o envio das suas intervenções para que possam ser transcritas para a respetiva ata da assembleia municipal.

Sendo uma questão recorrente nas assembleias municipais em que é apresentado o Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, sobre se o mesmo é apenas “*apreciado*” sem qualquer deliberação ou se carece de ser “*aprovado*”, e havendo entendimentos contrários nos grupos municipais, foi discutida a questão, à luz das respetivas leis autárquicas, para tomar uma decisão definitiva sobre a questão. Com base num parecer jurídico da CCDRN, em que se aponta que o referido *Relatório* não carece de ser votado na assembleia municipal, mas apenas de uma apreciação que os grupos municipais entendam fazer, ou seja um juízo de valor sobre o mesmo, ficou decidido que a partir de hoje não será mais votado o Relatório de acompanhamento do PSF em futuras assembleias municipais.

Tendo sido colocada na última assembleia municipal a importância de um debate aprofundado sobre a questão da água foi decidido que na próxima reunião da assembleia municipal - da discussão do plano e orçamento, seria incluída na ordem trabalhos dessa reunião a discussão sobre esta matéria, não se justificando uma assembleia municipal extraordinária exclusiva para o efeito.

Relativamente a visitas a realizar por parte da Comissão Permanente, foi agendada uma visita ao Hospital de Mirandela – ULS, para o dia 21 de novembro de 2016.

Ficou, também, apontada uma visita a realizar futuramente à APPACDM.

Quanto ao Seminário NEDAL, não tendo sido possível a sua realização, no dia 5 de outubro de 2016, conforme previsto, por motivos de saúde do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Dr. José Manuel Pavão, considerou-se já não haverá oportunidade da sua realização este ano. Pelo que o próximo seminário será apenas realizado no ano de 2017.

Foi, também, discutida a possibilidade de o Regimento da Assembleia Municipal estabelecer um tempo máximo das respostas a dar pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal às perguntas dos membros da Assembleia Municipal. Ficou decidido não estabelecer qualquer limite no uso daquele tempo, pelo que não será feita qualquer alteração regimental nesse sentido, mantendo-se o seu direito de usar da palavra pelo tempo que o presidente da câmara municipal entenda por conveniente e necessário.

Foi, ainda, transmitido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de que haverá uma Assembleia Municipal Extraordinária inteiramente consagrada às comemorações dos 40 anos de Poder Local Democrático em Portugal. Foi decidida a sua realização no dia 12 de dezembro de 2016, precisamente na data em que se assinala a passagem do 40.º aniversário das primeiras eleições livres e democráticas para as autarquias locais em Portugal, ocorridas em 12 de dezembro de 1976. O programa será oportunamente enviado pela câmara municipal.

Por fim, foi decidido, nesta reunião, a realização de um relatório das actividades realizadas ao longo do ano de 2016 por esta Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que será elaborado pelo Deputado José António Ferreira.

Dia 21 de novembro de 2016, teve lugar a sétima e última reunião do ano.

Nesta reunião, foi realizada uma visita ao Hospital de Mirandela da ULS Nordeste, já com o novo Conselho de Administração, com vista a analisar a evolução da situação das consultas externas, dos exames complementares de diagnóstico e produtividade cirúrgica em termos de especialidade.

É, este, pois o balanço de Atividades da Comissão Permanente da assembleia Municipal de Mirandela no ano de 2016.

Aproveita-se para, ainda dizer, que relativamente à Moção, atrás referida, sobre a situação de falta de endocrinologistas no distrito de Bragança abrangido pela ULS Nordeste, trazida e aprovada na Assembleia Municipal de Mirandela, de 25 de abril – assim como levada e aprovada na assembleia Intermunicipal da Comunidade das Terras de Trás-os-Montes, de 26 de abril de 2016, que a resposta recebido pelo Conselho de Administração da ULS/NE, não recebeu acolhimento positivo por parte da Comissão Permanente.

Com efeito, em carta recebida em resposta à Moção endereçado àquele Conselho de Administração, é transmitido que relativamente à falta de um médico da especialidade de endocrinologia, “*é um facto que a mesma não existe, já que é entendimento deste Conselho de Administração que o modelo organizativo dos recursos especializados existentes nesta ULSNE, permite já uma abordagem adequada aos doentes diabéticos tipo 2*”, acrescentando que “*tem sido visão estratégica desta instituição centrar objetivamente os seus interesses na prevenção ao nível dos Cuidados de Saúde Primários e numa perfeita interligação com os médicos Especialistas de medicina interna com formação específica em diabetologia*”, terminando que da sua parte “*se conclui ser adequado o seguimento dos doentes com Diabetes Tipo 2, nesta Unidade Local de Saúde do Nordeste*”.

Face à resposta recebida, a Comissão Permanente, não se identificando com a mesma, entendeu endereçar uma carta ao Colégio da Especialidade de Endocrinologia da Ordem dos Médicos e para a Sociedade Portuguesa de Diabetologia, dando conta da resposta recebida pelo Conselho de Administração da ULS/NE, solicitando “*um parecer que possa contemplar maior justiça e mais qualidade na assistência médica às populações desta região nordestina w que avaliamos em mais de 16.00 pessoas*” uma vez que “*julgamos ser devida, às populações nordestinas portadoras de diabetes, a possibilidades de acesso a esta especialidade, facto que, de todo, não acontece entre nós*”.

J. de
D. de
Ch. de

Esta é, pois, uma questão que merecerá a atenção próxima e continuada da Comissão Permanente dada a natureza sensível e importante em causa.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Manuela Gândara* (Independente pelo CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao longo de 43 anos que resido em Mirandela, sempre procurei estar presente nas múltiplas atividades públicas que aqui vão decorrendo.

Nesta linha de atuação, inscrevi-me e participei num workshop de culinária que foi divulgado pelo município e que teve lugar nas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo, no passado mês de dezembro.

O espaço onde decorreu este workshop é-me extremamente grato e o Senhor Presidente da Câmara bem sabe o quão difícil foi conseguir que ficasse em Mirandela. Bragança também lutou...

Foi feito um grande investimento. Apetrechada com o que de melhor havia e ao nível das melhores escolas de hotelaria do país (Santarém, Estoril...)

Formou profissionais de qualidade e desejados pelas empresas do ramo, tanto nacionais como estrangeiras. Foi uma escola de referência.

Pelo que disse e porque estive lá, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara:

- Quem assume hoje, a gestão daquele espaço?
- Quem são os seus utilizadores?
- Que protocolos foram celebrados e com que entidades, incluindo direitos e deveres de ambas as partes?
- Que tipo de formação é lá ministrada?
- Quando não houver fornos, fogões, outros eletrodomésticos, etc...etc..., fecham-se as instalações ou há verba (que não a dos nossos impostos) para repor tudo quando se vai degradando e não é substituído ou reparado atempadamente?
- Como é feita a segurança do edifício nas 24 horas do dia, independentemente da utilização?
- A quem compete a manutenção do edifício e do seu recheio?

“O que não custa a ganhar, não custa a estourar”, diz um provérbio.

O que ali temos é um espaço cheio a caminhar para o fim, para a destruição.

Lamento que este espaço seja um sério candidato a enriquecer a lista de património degradado e onde foram aplicados dinheiros públicos.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se bem se lembram, senhores membros da assembleia municipal, em pleno ano de 2009, o então primeiro-ministro, José Sócrates, anunciava ao país, o “maior investimento de sempre” na remodelação das escolas secundárias nacionais, que visavam transformar a escola pública portuguesa numa escola de excelência, e que satisfizessem as exigências do país”.

O Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário previa intervenções em 332 estabelecimentos de ensino até 2015, num montante superior a 2,5 mil milhões de euros.

De facto, uma grande festa para o país, como parecia ser! Mas que rapidamente se transformou num grande calvário para as escolas secundárias a serem intervencionadas.

Erros de má gestão e sei lá mais o quê, verificou-se que os custos inicialmente previstos, esgotaram-se rapidamente.

A Escola Secundária de Mirandela estava incluída nas 332 escolas secundárias a remodelar.

A escola secundária de Mirandela foi a concurso, a obras foi atribuída a um empreiteiro, que depois viu o concurso anulado, por razões que ainda hoje continuam mal explicadas.

Entretanto, a empresa Parque Escolar, tendo em conta a sua má gestão, e sobretudo com a falta de dinheiro, sente ameaça do Tribunal de Contas, para o seu encerramento. A escola secundária de Mirandela termina vítima desta situação, não sendo remodelada por falta de dinheiro, ficando por cumprir a promessa feita por José Sócrates, e do seu governo PS, e de lamentar igualmente o comportamento silencioso por parte dos deputados PS do distrito de Bragança, sobre este assunto.

Com a mudança de Governo, toma posse um novo ministro da educação, Dr. Nuno Crato e renovam-se expetativas, mas tal não viria a acontecer.

Estarão recordados, o ministro Nuno Crato, num deslocação a cidade de Mirandela, foi perentório sobre o assunto das obras de beneficiação da escola secundária de Mirandela, que “não ser possível, no momento, retomar o Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, dadas as atuais restrições orçamentais” e assim ficamos mais uma vez.

Se bem se lembram, o primeiro-ministro Passos Coelho, em março de 2015, presidiu à inauguração da Feira da Alheira de Mirandela, e quando confrontado sobre obras de remodelação da escola secundária de Mirandela, foi igualmente sucinto sobre o assunto “ se lá responderam no ministério da educação que não havia dinheiro, é porque não existe mesmo”.

Este foi o verdadeiro cenário que nos deixou o governo PS, de Sócrates. Obras megalómanos, de custo de manutenção elevadíssimos, ao ponto de existirem escolas iluminadas com candeeiro de Siza Vieira, a custarem 1700 euros cada, que nada se compadecem com o país real, um país em crise e sob resgate financeiro.

No dia 17 de agosto de 2015, data de boa memória para os alunos da escolas secundária de Mirandela, e de má memória para a concelhia do PS, segundo deixam transparecer pelas últimas posições políticas tornadas públicas, o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, anunciou, em Mirandela, que no distrito de Bragança, vão ser feitas obras de construção ou requalificação em

Junta
Deputados
Abambres

escolas, com recurso a fundos, no novo quadro comunitário 'Portugal 2020', onde se incluem as obras da escola secundária de Mirandela.

Nuno Crato aproveitou para frisar, que as negociações com Bruxelas, para a obtenção de fundos para a comparticipação das obras a realizar, foi "muito difícil".

"Bruxelas mostrou-se muito reticente para que houvesse fundos comunitários disponíveis para a requalificação de edifícios escolares, tendo em conta erros do passado.

Com apresentação desta cronologia de factos e acontecimentos, fica claro que, a cidade de Mirandela irá ter uma escola secundária renovada, resultado da capacidade, competência e seriedade do governo PSD, associada a um comportamento exemplar, eficaz e objetivo por parte Câmara Municipal de Mirandela, pela mão do senhor presidente da Câmara, que soube tomar diligência no momento e no modo certo, tanto mais que continuam escolas salvo erro 14 a não serem contempladas nesta fase de financiamento.

Analisando este processo, deixar uma palavra especial às direções da escola que lidaram com este problema, assim como à associação de estudantes, que teve uma agenda própria e também bastante eficaz nas ações.

Ficaram para trás, desilusões e angústias. Ficam para trás também manifestações públicas, onde não foram vistos elementos da concelhia do PS Mirandela, mas, que agora se colocam em bicos de pés a reivindicar louros em proveito próprio. Se queriam ser parte ativa neste processo, tinham-no feito no momento da anulação do concurso público, saber as questões técnicas do chumbo, porque a justificação da não contabilização do custo dos contentores por parte da empresa que perdeu adjudicação, é uma justificação esfarrapada, o que o PS Mirandela, que nada fez no cabal esclarecimento da resolução.

Para terminar, como se não basta-se, o atual governo PS, que recebeu do anterior governo uma pasta, onde se podia ler, compromissos assumidos, onde estaria as obras da escola secundária de Mirandela, nos 15% de capitais próprios que o governo tinha de garantir apressou-se a chamar o senhor Presidente Câmara Mirandela, e confrontá-lo com a seguinte exigência, ou pagava 50% da verba dos 15% da responsabilidade do governo, num valor global de fundos comunitários a rondar os 2.400 mil euros, ou não se realizaria a obra. Claro está, que a Câmara Municipal aceitou pagar o montante e ter obras.

Pasme-se, aquando do discurso proferido no momento solene da assinatura dos contratos, o representante do governo gracejou com facto de os senhores Presidentes de Câmara "se sentiam agora mais satisfeitos com a oportunidade em participar nas obras das suas escolas, porque no anterior financiamento isso não acontecia".

Senhor presidente da câmara municipal, senhores membros da assembleia municipal, senhores presidente de junta, a escola secundária de Mirandela, vai ser objeto de obras de requalificação, a par de um conjunto de obras a realizar nas escolas do 1º ciclo, pelo que deixo, para o senhor presidente da câmara municipal de Mirandela a apresentação do mapeamento das obras que vão ser realização junto do parque escolar, porque o fará com todo o direito e propriedade, porque será ele, a câmara municipal e o PSD local a realizar as obras e não outros, como quer fazer crer a concelhia do PS Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres, José Madureira (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria perguntar ao Senhor Presidente sobre a Igreja de São Tomé de Abambres, que veio cerca de um milhão de euros para as igrejas de Abambres, Guide e Avantos, a Igreja de Guide acho que está concluída, a Igreja dos Avantos também e queria saber como é que está a situação da Igreja de São Tomé.

Foi feita uma grande festa de crianças na junta de Abambres e mais uma vez a Câmara Municipal esteve ausente.

Sobre as licenças que são passadas na Câmara Municipal para obras nas aldeias, eu acho que a Câmara Municipal devia chamar os Presidentes de Junta quando passam licenças aos proprietários dessas obras nas aldeias.

Queria também falar daquela saída na EN 315, em Vila Nova das Patas que vai dar à oficina de António Palas, a ver se podiam colocar lá uma sinalização e também na saída do Penedo Redondo, ambas deviam ter um sinal de stop.

Quero dar os parabéns ao Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas pela Feira que realizou.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Penso que é redundante, afirmar que gerar valor económico, atrair investimento, fomentar emprego é dos maiores desafios que os Municípios se debatem diariamente!

Mas, no caso dos municípios do interior tudo isto reveste-se de importância acrescida no sentido que é imperativo fixar populações, a fim de combater a desertificação e de todas as nefastas consequências subjacentes.

Ciente desta realidade, a preocupação da coesão territorial ao nível económico e social é transversal desde as instâncias comunitárias aos responsáveis locais.

No entanto, os números não mentem, as políticas estratégicas existem, mas as "formulas" ou seja as medidas protagonizadas nem sempre se coadunam com as variáveis reais adjacente aos territórios, logo tal como uma equação o resultado é desastroso.

Os dados estão à vista de todos e podem ser consultados no Site do Norte 2020, pois é uma verdade incontornável que o Portugal 2020 é de difícil tangibilidade no nosso território, dado as características do tecido empresarial, pois num total de 2 472 Projetos aprovados na Região Norte à data de 31/12/2016, apenas e repito apenas a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes registou 62 projetos aprovados, ficando no entanto com o dobro das candidaturas aprovadas para a CIM do Alto Tâmega que se situou nas 30 candidaturas aprovadas, isto contrapondo com as 1 296 candidaturas aprovadas para a região da Área Metropolitana do Porto. Infelizmente os números falam por si...

Assim, persiste a pergunta, serão políticas que querem promover verdadeiramente coesão territorial?

Júlio
Dias
Oliveira

Ou persiste não a teoria, mas a prática que a estratégia é continuar a capacitar e apoiar os territórios com índice de PIB per capita mais elevado porque já estão em velocidade cruzado para depois retribuir às regiões mais desfavorecidas? Mas será que ainda querem que nós acreditemos nisso?

Estas políticas têm demonstrado reiteradamente que apenas definham silenciosamente dos territórios, obrigando a quem acredita, vive e tem responsabilidades civis e institucionais, alavancar mecanismos que têm como objetivo minimizar os custos de uma equação cujo resultado é conhecido por todos nós, apenas favorece quem sempre favoreceu.

Apoio ao Comércio Tradicional, pelas tradicionais medidas do IAPMEI, não se avistam desde março de 2015, isto é há dois anos, assim deparamos com um cenário, onde os “rolamentos” e peço desculpa pela expressão, não acompanham a velocidade e necessidades das empresas e da conjuntura regional e local.

Num enquadramento claro e inquestionável, que dificulta o empreendedorismo, o investimento e consequentemente a fixação e consolidação de empresas, definiu como um dos Eixo prioritário para o desenvolvimento estratégico do Concelho de apoio às Atividades Económicas, tal como foi bem explanado e divulgado na sessão de esclarecimentos promovida para os Agentes de Desenvolvimentos local no dia 9 de fevereiro transato.

Esta estratégia tem como front-office, o GAE sedado no CACE, de forma regulamentada, enquadrando a tipologia de investimentos e iniciativas passíveis de serem apoiadas, nos diferentes regulamentos municipais, sendo de destacar:

1. Os incentivos ao Comércio Tradicional,
2. A Tua Start-Incubadora, sita no CACE sendo a única certificada na Região de Trás-os-Montes.
3. Apoio a Incentivas Empresariais Económicas de interesse Municipal.

Sendo assim de destacar que os incentivos concedidos ao nível destes apoios aproximam-se de 150 000,00 Euros.

Mas se os apoios existem em nível dos investimentos, também ao nível da empregabilidade, a autarquia procura apoiar a sustentabilidade da criação de emprego que contrarie a precariedade, sendo assim destaca-se a medida do **Emprego Já**, que já (e peço desculpa pelo pleonasma), apoiou a criação de 13 postos de trabalhos com trabalhadores com Contrato Sem Termo.

Também ao nível fiscal, o Município de Mirandela, fica do lado dos empresários, não aplicando taxa de derrama, que sendo um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável do exercício das pessoas coletivas, propõe a ISENÇÃO da mesma para a deliberação anual da Assembleia Municipal, promovendo assim um alívio da carga fiscal.

Assim, e como referi em epígrafe, a atitude pró-ativa do Município no apoio às atividades económicas traduzem-se numa procura acentuada de empresários locais e novos investidores que querem localizar as suas novas unidades produtivas em Mirandela.

Sendo as Zonas Industriais o reflexo do pulsar económico de um território, devemos salvaguardar a evidência que a zona Industrial de Mirandela hoje estão sedados 174 agentes económicos desde empresas, associações e entidades, fruto quer da excelente centralidade regional, vias de comunicação e acesso, quer pelas medidas económicas que o Município potência, tornando-se um parceiro fundamental que responde adequadamente às necessidades a jusante e a montante da implementação das iniciativas empresariais que irão traduzir-se em valor acrescentado para o concelho.

Mas, considerando as notícias vinculadas em maio do ano transato, que noticiavam que Município de Mirandela tinha investido cerca de três mil milhões de euros no alargamento da zona industrial, estando previsto mais 67 lotes, perguntava o Sr. Presidente se nos podia elucidar e informar em que fase se encontra a legalização e licenciamento referente ao alargamento da Zona Industrial, onde e como os investidores podem apresentar as suas intenções de candidatura?

Se o regulamento atual será aplicado para os novos lotes, e quais as prioridades de atribuição, bem como demais informações que possam ser de superior interesse de todos os presentes, que na qualidade e representação dos eleitos, possamos informar o melhor possível quando indagados nesta matéria.

----- O Senhor Deputado Municipal *Nuno de Sousa* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começava por solicitar alguns esclarecimentos, relativamente à correspondência recebida e expedida, eu apenas queria da parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma breve explicação, nomeadamente, em duas correspondências recebidas do Tribunal Administrativo, uma com o registo 21/16 e outra com o registo 01/17, relativamente à correspondência expedida, relativamente a uma falta injustificada, também para o Tribunal Administrativo e um envio de documentos para o Tribunal Administrativo, gostaria de uma breve explicação porque efetivamente leva-me ao segundo ponto.

E o segundo ponto, prende-se de facto com o registo de faltas, ou seja, é visível que tem havido um conjunto de faltas injustificadas, é visível que tem havido também um conjunto de ausências desde quase do início deste mandato nesta Assembleia e naturalmente gostava de saber, independentemente das Bancadas por quais são eleitos, se são Membros desta Assembleia, eu julgo que o Presidente da Assembleia deve esclarecer qual o ponto de situação destes Membros.

Nós estamos aqui para representar a população, se há Membros que por alguma razão decidiram não fazer essa representação, mais vale fazerem a sua demissão do que andarem continuamente entre justificações de faltas, ou faltas injustificadas. Era bom de alguma forma, se clarificasse essa questão.

O outro assunto que ma traz aqui, tem a ver com o Índice de Transparência Municipal, como sabem e está nas atas desta Assembleia e até da Câmara Municipal em 2013, houve rasgados elogios e na altura bem, para a posição que Mirandela ocupou, num Índice de Transparência Municipal em que ficou em 9.º lugar, ou seja, dentro dos 10 primeiros a nível nacional. Ficou em 2013, e ficou em 2014, em 2015, já desceu para 16.º lugar, mas foi uma pequena descida, em 2016 desceu para 83.º, ou seja, sessenta e sete lugares.

O que eu acho estranho e sendo agora a Câmara Municipal uma entidade certificada, a transparência tornou-se mais opaca, porque desceu para 83.º lugar, gostaria de saber da parte do Senhor Vice-Presidente, porque é a pessoa que tem o pelouro da gestão administrativa geral deste Município, naturalmente gostaria de saber que medidas é que andou a tomar, para que exista este paradoxo, ou seja, por um lado defendendo uma transparência e um rigor de transparência, etc, e bem, acho bem que se defenda isso e se demonstre isso efetivamente, mas depois quando vemos os dados de um inquérito feito a nível nacional aos 308

J. J. J.
D. J. J.
A. J. J.

Municípios, vemos que Mirandela tem vindo a cair, comparativamente com outros Municípios aqui à volta, que têm feito o contrário.

Julgo que era hora de começar a tentar perceber afinal, qual é o seu papel nesta matéria de gestão administrativa geral, no que concerne a transparência deste Município?

Falando de outro assunto, o Parque da Ribeira de Carvalhais é uma obra emblemática de Mirandela, tem alguns equipamentos para crianças, mas infelizmente o Parque encontra-se um pouco abandonado, talvez porque esteja um pouco distante do centro da cidade, não esteja entre as pontes, mas de facto o Parque está abandonado, há passadiços, grelhas que fazem a passagem entre espaços onde tem uma linha de água destruídos, há grafites, o bebedouro verde água, está destruído, os equipamentos se não estão vandalizados, estão inoperacionais, o parque infantil infelizmente está com fezes caninas, isto está tudo documentado com fotografias. Aquilo que eu apelava era de facto a mesma preocupação que existe com outros espaços nobres da cidade seja também com este espaço, porque existem residências, existe habitação próxima, existe população que utiliza aquele parque, infelizmente o mesmo não me parece estar em condições de salubridade para esse efeito.

Para terminar, queria manifestar a nossa solidariedade, ao Voto de Pesar relativamente ao falecimento do Senhor Hernâni Lopes, a nossa Bancada apresenta essa solidariedade à Proposta que aqui foi apresentada.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dia de São Centeno

Houve “um erro de perceção mútua” sobre as condições que isentavam a nova administração de entregar a declaração de rendimentos, afirmou Centeno. Ele não mentiu.

António Domingues também não. Falam “apenas” línguas diferentes. Assim como ninguém é suficientemente ingénuo para acreditar nesta explicação... Fico a imaginar qual seria o impacto de uma demissão no Ministério mais importante da República.

Lembrando que os juros portugueses a 10 anos continuam a rodar nos 4%.

Estabilidade Governativa

Já perto da meia-noite, o Presidente, após ouvir António Costa, reiterou a sua confiança no Ministro das Finanças e decidiu que este não sai. Tudo em nome de interesse nacional e da estabilidade financeira. Para bom entendedor meia palavra basta.

Não fosse a situação complicada e Centeno já estaria com guia de marcha para o centro de emprego.

Para quem não anda a tomar atenção é só mais um sinal que os acordos à esquerda estão esgotados e que existe um claro bloqueio na governação.

Enquanto escrevia este M5M, o INE divulgou os números do PIB do ano passado. Economia cresce 1,4% em 2016 e supera expectativas, manchete no jornal de negócios. Interessante como a narrativa dos jornais funciona para manipular a opinião pública.

A que expectativas se refere exatamente o matutino económico:

- aos 2,4% que o Governo defendia no programa eleitoral;
- aos 1,6% que o país cresceu o ano passado e que este mesmo governo (na altura, na posição) considera inaceitável;
- aos 1,8% inicialmente escritos no Orçamento de Estado de 2016;

Estas não serão com certeza.

Convenientemente... usaram as últimas estimativas apresentadas pelo Governo no Orçamento de Estado para 2017 (+1,2%) que, de tão deprimidas, a surpresa acontecer só poderia ser positiva.

Défice Estrutural

Com efeito, por mais que o executivo tente abandeirar em arco, o crescimento de Portugal continua anémico. E não será, com certeza, a este ritmo que iremos moer o montante da dívida que carregamos às costas...

Em contrapartida, o défice orçamental terá ficado em 2,3% do PIB em 2016, estimam os peritos da Comissão Europeia.

Repare que o nº foi alcançado por meio de receitas extraordinárias (perdão fiscal) e através de cativações – quase mil milhões de euros de investimento público (o mais baixo da história nacional).

Ou seja, descontando tanto o efeito das medidas extraordinárias, como os efeitos do ciclo económico, os técnicos da Comissão garantem que não houve sequer ajustamento face a 2015!

Sendo assim, os números demonstram, mais uma vez, que nada de estrutural está a ser feito nas finanças públicas e que havendo um abanão no quadro económico, o défice vai estourar com o teto de 3%...

Vamos assumir por um momento que o crescimento português dispara...

Ou seja, que a Europa entra num período dourado – não há um, sem o outro... É consensual que os juros teriam de aumentar.

A Alemanha roda neste momento com inflação nos 2%. Se a atividade económica aumentar esse número rapidamente foge de controlo... Isso seria obrigar o BCE a subir as taxas de juro.

Nesse momento teríamos dois efeitos:

- os juros soberanos aumentariam (estão atualmente em mínimos) e os custos do financiamento do Estado Português iriam atrás...

Por outro lado, a Euribor também dilatária, o que teria um efeito pernicioso no padrão de consumo dos cidadãos que passariam a ter menos dinheiro disponível...

Ou seja, se andarmos de mão dadas com o resto da zona Euro não vamos lá...

Face a este cenário, a condição *sine qua non* para a resolução do problema da dívida é um crescimento da economia acima dos seus pares durante vários anos...

Junta
Deputado
António

Acha isso verosímil quando não se toma sequer uma medida estrutural que atraia o investimento e fomenta a iniciativa privada?

Falo de um COLAPSO nas contas públicas que vai afetar diretamente as economias a nossa vida e o património da sua família nos próximos dois anos.

Estamos falidos a dívida pública portuguesa atingiu os 241,1 mil milhões de euros o que representa uma subida 9,5 mil milhões de euros face a 2015 de acordo com os dados do Banco de Portugal.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma vez que o Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa falou sobre o Índice da Transparência Municipal, interessa vir aqui trazer outra visão da leitura dos dados referentes ao Índice da Transparência Municipal.

O Estudo é feito por uma Associação, que pese embora o facto de nos merecer todo o respeito e de fazer um trabalho, pensamos que seja isento, pode-se colocar em causa efetivamente os critérios de trabalho e só isso justifica o “trambolhão” no ranking de Mirandela.

Mirandela encontra-se então em 83.º lugar como foi aqui amplamente referido, interessa dizer que o critério para aferir e para atribuir esta pontuação baseia-se nomeadamente, em sete parâmetros:

1. Informação sobre a organização, composição social e funcionamento do Município, Mirandela obteve neste parâmetro, 71,43%;
2. Planos e Relatórios, Mirandela obteve neste parâmetro, 71,43%;
3. Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos, Mirandela obteve neste parâmetro, 92,86%;
4. Relação com a sociedade, Mirandela obteve neste parâmetro, 92,86%;
5. Contratação pública, Mirandela obteve neste parâmetro, 0%;
6. Transparência económica e financeira, Mirandela obteve neste parâmetro, 100%;
7. Transparência na área urbanística, Mirandela obteve neste parâmetro, 71%.

Ora, isto interessa chegar aqui para dizer o seguinte: Na contratação pública, eu estou quase convicto que todas as Câmaras do país, teriam de ter aqui uma pontuação aproximada dos 100%, porque os concursos públicos e os que não são públicos, são amplamente publicitados nas bases de dados da Vortal e outras parecidas e mesmo os procedimentos de ajuste, são publicitados nas próprias páginas dos Municípios. O facto de este parâmetro estar aqui com uma pontuação de 0%, diz-nos alguma coisa sobre a credibilidade do estudo, não estamos a dizer que são manipulados os dados, não é isso, até porque estão envolvidas quatro Universidades, se este item estivesse com os valores que devia estar, cerca de 75% ou 80%, Mirandela estaria provavelmente em 10.º lugar ou 15.º lugar no ranking nacional, isto interessa que seja dito, interessa que seja explicado, números são números, cada um lê-os como entende, mas efetivamente neste capítulo não se deveria ter pontuação 0%.

----- **O Senhor Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estava inscrito para falar da descentralização, como houve uma intervenção na qual genericamente eu me revejo, do Deputado *David Garrido*, entendi que deveria prescindir dessa mesma intervenção, porque a única coisa que eu acrescentaria, era uma pequena reflexão, de dizer que embora concordando totalmente, também a descentralização pode criar alguns riscos de esmagamento das minorias em concelhos do interior.

Iria fazer essa reflexão, mas entendi mesmo assim que não a deveria fazer, o que é que eu quero dizer com isto? Tudo muito claro, todos nós sabemos, quando falamos em défice democrático, às vezes défice democrático em alguns concelhos, comparado com aquele que ficou célebre, que foi o défice democrático da Madeira, é mera brincadeira, porque nós assistimos e já agora, falando das coisas locais, assistimos como no concelho de Mirandela antes das eleições, que se ameaçam as pessoas em relação à manutenção do posto de trabalho, pela garantia de votação do partido que está no poder.

Eu não iria fazer esta intervenção, mas já que o Senhor Deputado *António Figueiredo*, veio fazer aquilo que em estratégia militar se chama “fogo de flagelação”, o que quer dizer que para não percebermos aquilo que se passa com o adversário, quando o adversário pode estar fragilizado, vamos fazer fogo de artilharia sobre ele. Foi aquilo que aqui foi feito, curiosamente repetindo duas intervenções, da Senhora Deputada *Eduarda Neiva Rosa* e do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, bastaria uma intervenção porque disseram exatamente a mesma coisa, mas faz parte do que se chama “fogo de flagelação”, nada de novo, isto é de principiantes e depois veio o “fogo de flagelação” do Senhor Deputado *António Figueiredo*, que de facto deve andar muito distraído, até me surpreendeu que não falasse no “diabo”, o famoso “diabo” de setembro, não sei se alguém o viu por aí, não veio.

Já agora queria-lhe dizer que o nosso défice não foi de 2,3, foi de 2.1 e que foi o menor défice da história da democracia, Senhor Deputado, quem empurrou com a “barriga” a capitalização da CGD, a resolução da CGD, a resolução do Banif, foi o seu Governo, não se esqueça, portanto não fale disso.

Por outro lado, falar do colapso e dizer que estamos falidos, eu até hoje nunca vi um país falido e este também não vai falir, os ventos não lhe correm de feição.

Meus Senhores, eu sei que lhes custa digerir a “geringonça”, a “geringonça” está viva e com bons resultados e vai continuar viva, não para o liberalismo trauliteiro, mas para a democracia e para que a população mais desfavorecida tenha também vida.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O primeiro assunto que foi aqui levantado, acho que é aquele que nos une a todos, foi levantado pelo Deputado *David Garrido*, no seguimento da aprovação do Decreto-Lei.

Júlio
Delegado
Obsequio

Delegar competências, normalmente significa apenas delegar competências, não significa delegar mais nada, eu recorro que esta Assembleia aceitou a Proposta da Câmara Municipal de rescindir um Contrato de Execução de Delegação de Competências na Educação, porque era ruinoso para a Câmara Municipal.

O que significa que quando falamos em competências do Estado para as autarquias, normalmente não falamos mais do que isso e independentemente dos diversos Governos que têm vindo a tentar fazer essas transferências, a verdade é que o conceito é sempre o mesmo.

Temos neste momento uma delegação de competências imposta de cima para baixo, hoje só há abates no Matadouro do Cachão, porque está um Veterinário Municipal a assumir a responsabilidade, porque foi decidido que iriam deixar de se fazer ali inspeções sanitárias e a delegação de competências não foi feita, teve de ser respondida e neste momento estamos a responder a isso.

A mesma coisa aconteceu com a Escola Secundária, eu tenho todo o gosto em fazer obras em prol do meu concelho, nós temos de nos lembrar aqui que a EsACT – Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo é uma responsabilidade do Estado Português, não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. É ensino superior e devia ter sido o Estado, neste caso o Governo, o Ministério da Educação ou o Ministério do Ensino Superior, a assumir esses custos e a verdade é que não foi isso que aconteceu, a Câmara Municipal substituiu-se, neste caso, ao Estado e promoveu a construção com os seus fundos comunitários e com os seus recursos de tesouraria.

Em relação às Escolas do Ensino Básico, são uma responsabilidade da Câmara Municipal, até aí é relativo, porque existe um contrato elaborado com uma Senhora Ministra *Maria de Lurdes Rodrigues*, que refere que se a Câmara Municipal fechasse 42 escolas rurais, na altura, havia um compromisso de existir financiamento para a construção de um ou dois Centros Escolares, como contrapartida do encerramento de 42 escolas rurais, que resultou na concentração dos alunos em Carvalhais e noutras escolas. Também aí o princípio foi delegação de competências, transportando para as autarquias a responsabilidade sobre esse setor, com o compromisso de que isso aconteceria. Entretanto e por circunstâncias diversas, não foi aprovado o Centro Escolar e neste Quadro Comunitário, a Câmara Municipal diligenciou no sentido de obter financiamento para a remodelação da rede escolar de ensino básico, essa rede escolar teve uma dotação em termos de investimento de 3,450 milhões de euros e esse montante foi traduzido em três intervenções que hoje estão a concurso.

E temos também uma dotação de cerca de 2,4 milhões de euros, que era uma verba destinada à intervenção na Escola Secundária. Essa verba foi identificada pela DGEsTE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Escola Secundária foi também identificada para ser executada pela Parque Escolar E.P.E., na altura em que houve a assinatura desses contratos, entre as Câmaras Municipais, as CIM e a Gestão de Fundos, fomos visitados pelo Senhor Ministro *Nuno Crato* e tive a oportunidade de lhe transmitir que considerava que a verba era reduzida e que deveria haver um acordo entre a Câmara Municipal e o Ministério, para que fosse possível aumentar a verba e reforçá-la.

Na altura foi-me transmitido que essa responsabilidade era do Estado, seguidamente, quando o Governo mudou e no início do mandato deste Governo, a CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, uma vez que além de Mirandela, Alfândega da Fé e Miranda do Douro, também tinham intervenções na Parque Escolar, contactaram o Governo e a Parque Escolar posteriormente, questionando de quem era a responsabilidade da intervenção nas nossas escolas. E a responsabilidade de intervenção nas nossas escolas, foi-nos transmitido que era da Parque Escolar e logicamente do Governo.

Nesse sentido deixamos de fazer qualquer tipo de diligência, trabalho ou esforço, para fazer o projeto dessas mesmas escolas, isto é, enquanto que no 1.º Ciclo, lançamos um processo de realização dos projetos em conjunto com a Associação de Municípios Terra Quente Transmontana e os serviços municipais, para conseguirmos responder à abertura dos Avisos que dão origem ao financiamento direto dessas obras, em relação à Escola Secundária de Mirandela, isso não foi feito.

Foi realizada uma reunião com a Parque Escolar, em que nos foi transmitido e solicitado até, colaboração do ponto de vista técnico para a elaboração dos projetos, infraestruturas e outros, para que fosse possível responder, e é necessário saber que no dia 31 de dezembro de 2016, terminava o primeiro Aviso das Escolas, o que significa que a verba, se não fosse consumida, ficaria suspensa.

Em maio de 2016, os concursos estavam a decorrer e não existia uma única iniciativa para a intervenção da Escola Secundária, nessa altura foi solicitada pela CIM-TTM, uma reunião com o Ministério no sentido de verificar qual era o ponto de situação e qual era o calendário que nos era apresentado, tendo em conta as preocupações que existiam quanto ao decorrer dos concursos e ao mesmo tempo, quanto à necessidade urgente de haver intervenção na Escola Secundária de Mirandela.

Nessa reunião foi-nos transmitido de forma clara, pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação *Alexandra Leitão*, o seguinte: “Se as Câmaras Municipais não assumirem a realização da obra e se não assumirem 50 % da componente nacional, nós não avançamos com as obras nestas Escolas”, no nosso caso estamos a falar de cerca de 180 mil euros.

Se as Câmaras porventura se recusassem a participar neste acordo, as obras ficariam paradas à espera de arranjar uma forma de financiamento ou os projetos.

Perante esta situação, não só eu, mas também colegas meus, a opção que tivemos foi dizer que nós pegaríamos neste processo.

Imediatamente no dia seguinte, sem qualquer acordo escrito, foi mobilizada a equipa de projetistas para iniciarem o processo de realização e fez-se um trabalho de urgência, para conseguirmos no dia 31 de dezembro, apresentar a candidatura para o financiamento.

É imoral ter de ser a Câmara Municipal a assumir os custos das obras na Escola Secundária, é imoral, mas é pragmática a necessidade de o fazer e fizemo-lo, garantindo que a intervenção que vai ser feita, é uma intervenção que globalmente reabilita toda a escola, o valor de investimento são cerca de 2,400 milhões de euros, o valor pela qual foi a concurso a obra são 3,759 milhões de euros, há uma diferença de cerca de um milhão neste investimento e esta diferença, neste momento é suportada pela Câmara Municipal.

A verdade é que essa diferença também foi solicitada na reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação *Alexandra Leitão* e foi-nos informalmente garantido, que seria reforçada na próxima reprogramação, não nos foi dada essa garantia formalmente até ao momento.

Junho
Dezembro
Outubro

O acordo que foi assinado entre a Câmara Municipal e o Ministério da Educação, numa sessão pública, onde fomos todos elogiados, pelo privilégio que fomos ter por pagarmos as obras em escolas que eram do Estado, pressupõe que é a fase I da Escola Secundária, enquanto que nós já temos a fase completa.

Quando falamos em Escola Secundária e quando falamos em delegação de competências, temos aqui um bom exemplo em como o Estado delega competências nas autarquias, delega custos, delega responsabilidades, mas a intervenção na Escola Secundária além de ser prioritária era obrigatória e fico muito satisfeito por termos tido a capacidade de conseguir uma forma de fazer aquela obra, pois esta não estava prevista na organização financeira nem no planeamento da Câmara Municipal.

É com muita satisfação e com muita convicção que estamos a assumir a intervenção na Escola Secundária de Mirandela, no entanto é imoral este processo e é imoral, nomeadamente, em relação à sua execução.

Em relação à Escola de Hotelaria, foi uma Escola de prestígio, até que alguém decidiu acabar com a rede de Escolas e foi encerrada a Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela. Na altura em que foi encerrada, o que manifestei foi a necessidade de encontrarmos soluções para a escola e foi constituída uma Associação, para concorrer a financiamento do Ministério da Educação, cuja entidade se chama Ensinatur- Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes e é esta entidade que tem concorrido e ainda hoje concorre, para tentar fixar na Escola de Hotelaria uma oferta formativa igual à da Esproarte, uma oferta formativa do Ministério da Educação, o que não tem sido fácil.

Hoje a Ensinatur sofre as dificuldades de não ter uma oferta formativa localizada, temos protocolos essencialmente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, decorrem formações no âmbito desse Instituto e essas formações são contratualizadas.

Há outras entidades que neste momento têm solicitado a utilização do espaço, nomeadamente, para a chamada formação modular, e quem faz toda a manutenção da Escola é a Câmara Municipal, a que tem dado todo o apoio.

Temos neste momento alguns caminhos, que não sendo com a oferta formativa do Ministério da Educação, podem revitalizar a Escola, estamos numa situação que não é aquela que desejávamos, eu não consigo deixar de lamentar todos os dias o encerramento desta Escola, porque ela formou excelentes profissionais.

É uma luta que não está acabada, é para nós um pouco angustiante, porque tem custos e temos vindo a suportá-los, mas neste momento o que queríamos era colocar lá a oferta formativa, julgo também que aqui, era bom que a sociedade se unisse em torno da defesa daquela Escola, já fiz este desafio à restauração local, há muita coisa que se pode fazer, para ver se conseguimos colocar aquela Escola a funcionar.

Em relação às igrejas, foi dado 1.3 milhões de euros, à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, a dividir por cinco Municípios, isto dá cerca de 300 mil euros a cada Município, quem faz as obras é a DRCN - Direção Regional de Cultura do Norte, a Direção da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua decidiu convocar a DRCN para nos dizerem qual é o ponto de situação. Neste momento não lhe sei dizer qual o ponto de situação, julgo que na igreja de Abambres existe um problema de estrutura que tem de ser tratado. Sabemos que terminaram em Guide e nos Avantos, depois da reunião dar-lhe-ei conta do ponto de situação.

Em relação à festa das crianças, nesse mesmo dia tive de estar presente em Carvalhais, na Feira da Couve. Em relação à saída da EN 215 e do Penedo Redondo, iremos analisar isso com os serviços.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada *Cristina Passas*, a Zona Industrial encontra-se em fase de estudo de impacto ambiental, porque neste momento já temos mais de 20 hectares de Zona Industrial, para que depois desse estudo, possamos passar para regime de projeto, para que depois possa ser licenciada.

Os regimes de apoio, são os mesmos que estão a decorrer a decorrer a outra Zona, ou seja, não há novidades em relação a esta nova Zona, a única novidade que teremos de ter é alguma flexibilidade em relação aos pedidos e os lotes, que é uma coisa que causa sempre problemas, mas hoje o Regulamento de Apoios Económicos que temos aprovado, de apoio à atividade industrial e económica, permite quer a atribuição dos lotes, quer a atribuição dos benefícios e neste momento estes regulamentos estão ativos, só no ano passado conseguimos 150 mil euros de apoios fiscais e outros, os lotes têm o mesmo procedimento do regulamento, são atribuídos em regime de propriedade horizontal e quando está concluído o investimento é feita uma avaliação e é proposto o regime definitivo. Todas as atividades passam pelo GAEE – Gabinete da Apoio à Empresa e ao Empreendedor, que está instalado no Cace e todos os processos são geridos através do GAEE.

Em relação ao Índice de Transparência Municipal, acho que devem recuperar as minhas declarações feitas da primeira vez que fomos identificados, o que disse na altura, volto a dizê-lo hoje, eu disse na altura isto: “nós não fizemos nada para estarmos nesta posição do ranking”, quando disse isso não quis ser arrogante, mas é verdade, na primeira vez em que fomos colocados no Índice, fomos colocados lá sem fazer qualquer iniciativa específica, apenas respondemos.

A verdade é que disse na altura e continuo a dizê-lo, o Índice de Transparência Municipal é um inquérito de avaliação, em que os valores podem ou não ser contestados, tem alguma mediatização, damos-lhe todo o valor, aceitamos todas as recomendações, mas também é necessário entender que, por exemplo, se olharem para o site da Câmara Municipal de Mirandela, não tem nada a ver com o site que tínhamos anteriormente, e assumimos no nosso site que fomos fazer uma remodelação tão grande, que andamos um pouco atrapalhados para conseguirmos ter a informação toda.

Agora digam-me uma coisa: A transparência de uma Câmara é medida pelo seu site? Aceito, cada um tem a sua convicção, cada um tem a sua forma de ver. Um Presidente da Câmara é mais transparente porque no seu site tem um determinado conjunto de elementos? Respeito as opiniões, assim como respeito estes índices, assim como respeito todos os outros, assim como respeito um que recebi há dois dias a dizer que Mirandela era das terras mais empreendedoras do norte, por isso os índices valem o que valem.

Não somos contra antes pelo contrário, respondemos ao inquérito, usamo-lo como guia.

Em relação à Ribeira de Carvalhais, nós temos na Ribeira de Carvalhais funcionários a tempo inteiro, que fazem a limpeza e o tratamento, a questão dos dejetos caninos infelizmente é uma realidade incontornável, não é apenas na Ribeira de Carvalhais, no entanto a Ribeira de Carvalhais tem um conjunto de problemas que vamos resolver a curto prazo, tem o problema das fontes que não funcionam, tem o problema de uns muros derrubados, tem o problema dos elementos urbanos estarem avariados, mas temos como objetivo fazer uma intervenção no parque.

J. de
Deputado
Obsequio

Termino dizendo que eu na política acho que quem faz acusações tem de ser corajoso e por o nome nos “burros”, como diz o nosso povo, vir aqui, mandar umas “papaias” e dizer que estes fazem isto, ou fazem aquilo, ou estão a falar de quem conheçam, ou estão a falar de si próprios.

Eu aceito todas as acusações, até a de não ser transparente, ou pouco transparente, mas quando essas acusações são veladas, eu julgo que devem ser concretizadas, porque ou estamos a falar de nós próprios, ou de alguém que nós conhecemos, ou então quando lançamos essas acusações para o ar, estamos pura e simplesmente a fazer isso, a lançar acusações para o ar. Eu nesta Assembleia aceito todas as acusações que me queiram fazer e eu respondo à mesma com transparência quando as fizerem, agora tudo que sejam acusações veladas, considero que entram no campo da baixa na política.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu efetuei um conjunto de questões ao Senhor Presidente da Mesa, para me responder.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa não esqueceu que tinha apresentado algumas questões, no entanto, no decurso dos trabalhos nem todas as perguntas podem ser respondidas de imediato, o Período Antes da Ordem do Dia não é de facto para esse efeito, todavia para lhe demonstrar e testemunhar que estamos preparados para o efeito, vou-lhe responder desde já pelo menos a uma delas, desde logo à sua inquietação no que respeita às faltas, e a resposta que a Mesa tem para lhe dar é a seguinte:

Todos conhecemos o Regimento, mesmo aqueles que não o conhecem deviam conhecê-lo e lê-lo, o facto da assiduidade de cada um de nós ser comprometedora diz respeito a cada um, o que acontece é que perante as ausências, o secretariado e os nossos funcionários agem de acordo com o que a Lei entende. Será de bom-tom e será obrigatório não avançar muito mais em qualquer comentário.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu solicitei foi uma breve explicação sobre a troca de correspondência entre a Mesa e o Tribunal Administrativo, há uma série de correspondências e envios de documentos.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ser-lhe-á dada a resposta por escrito, posteriormente.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a Informação do Senhor Presidente, entramos no tema do quotidiano da vida de Mirandela, onde estão todos os elementos, como por exemplo:

As Instituições, as Freguesias, a Câmara, mas também a maneira como a sociedade civil se organiza, estas informações referem-se a um tempo de cerca de 80 dias e nestes 80 dias houve marcas do ciclo do tempo que são obrigatórias, como por exemplo, o Natal, os Reis, como por exemplo, dias fundamentais da vida da sociedade em geral, por exemplo, o Dia das Pessoas com Deficiência, o Dia da Diabetes e também houve uma relação da Câmara com a comunidade e com as Freguesias.

Nestes 80 dias, salienta-se de certo modo ao nível das tradições e ao nível das obras, um conjunto de Freguesias que foi mais significativo, como por exemplo, o Franco, Carvalhais, Torre de Dona Chama, Vale de Salgueiro, Cedainhos, São Salvador, Avidagos, Mascarenhas, são alguns dos exemplos significativos, de abordagens diretas de problemas que têm ou de tradições.

Este tema da vida da nossa comunidade nestes últimos dias, é um tema que eu acho particularmente interessante, pela sua coerência e vou organizar em dois grandes blocos de suporte da vida de Mirandela nestes dias, um tem a ver com a sua história, outro tem a ver com a sua vida social.

Quando nós falamos da história de Mirandela nestes dias, nós estamos a falar dos acontecimentos importantes e que por serem importantes vão ficar na memória, vão ficar conservados na nossa memória, exatamente porque são importantes e são também importantes porque servem para compreender e integrar tudo aquilo que é feito no desenvolvimento do nosso concelho.

Neste aspeto há a marca de quatro aspetos essenciais, que são: as tradições, porque esta época é muito marcada por tradições e então nós vamos encontrar e vai ganhando um espaço significativo na vida da nossa comunidade e do nosso concelho, os comportamentos e as memórias que fazem parte da nossa cultura específica e eu estou a falar neste sentido do Festival de Gastronomia e Caça, da 1.ª Edição de Jeropiga e Produtos da Terra, Feira da Penca e um aspeto que marca imenso Mirandela nesta fase, nestes 80 dias, que são uma multiplicidade de momentos muito marcados pelo azeite novo, isso vê-se no Festival dos Sabores

Jurista
Deputado
Obsequio

do Azeite Novo, na relação que todo este movimento vai ter com a cidade e é complementado com outras atividades que lhe vão dar dignidade e que lhe vão dar visibilidade, como por exemplo a Orquestra Clássica da Trás-os-Montes.

Este aspeto das tradições, reflete-se diretamente na cultura da nossa comunidade e então nós vamos dando passos significativos, isso vê-se nas Informações do Senhor Presidente, na maneira como as pessoas da nossa comunidade vivem, na maneira como se estreitam os laços e tudo isto também, na maneira como se vai construindo dia a dia um bom ano novo.

Neste contexto da cultura, em que realço o Natal e os Reis, nós vamos ter vários aspetos muito importantes, como a existência de novos espaços que vão ser dinamizados de uma maneira muito significativa e bem, como por exemplo a zona do Mercado Municipal e o Jardim Trigo de Negreiros, mas também as atividades que envolveram as nossas escolas todas, de uma forma muito significativa e participada em aspetos como o Natal, o Natal no Centro Cultural Municipal, a Festa dos Caretos, as compras de Natal, o desenvolvimento e a partilha muito dinâmica e interessante e com estratégias novas do comércio tradicional, a chegada do Pai Natal a Mirandela, o Natal solidário, este é um aspeto que é sempre agradável, depois concertos, espetáculos e o tempo, o tempo de tudo isto serve para nos caracterizar como uma comunidade própria, que embora esteja longe e no interior, tem valores que se vão acentuando e que vão caracterizando e que são muito importantes naquilo que vai ser Mirandela mesmo no contexto do seu turismo.

Um outro elemento que eu considero muito importante nestes nossos aspetos, nesta nossa história, foi o património, o património através do qual se vão defendendo os nossos bens e fazendo a gestão desses mesmos bens e aparecem-nos momentos muito marcantes, como por exemplo a requalificação da Igreja dos Avantos, a reabilitação da Igreja de Paradela, a aquisição do edifício Piaget, a reabilitação da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, as Festas dos Caretos na Torre de Dona Chama, a Feira dos Reis em Vale de Salgueiro e o acordo para a aquisição da Estação da CP, isto são aspetos que nestes últimos 80 dias efetivamente nos dão bons motivos para gostar de viver em Mirandela, porque está a crescer de uma forma significativa e tudo se relaciona corretamente, porque o trabalho é pensado e está no tempo certo.

No contexto da nossa educação e da nossa formação, estes 80 dias também foram muito importantes e vamos ver por exemplo os concertos, os concertos que faz a Escola de Música, neste caso por exemplo Santa Cecília e inclusivamente a relação que vai ter com o património de mérito, o mérito dos nossos alunos que atingiram determinado número de características de qualidade na sua educação.

Outros pormenores interessantes ao nível da educação e da formação é que a formação é integral, precisa de todo este movimento que a cidade vai construindo e vai desenvolvendo, por isso mesmo tem de se realizar também ao mesmo tempo, isto implica que quanto melhor é a sociedade organizada, melhor é o nosso sentido de liberdade e esta liberdade vai contribuir para o bem da sociedade e estas dinâmicas todas destes 80 dias estão neste contexto e não deixa de abordar aspetos éticos muito importantes que também aconteceram neste tempo, por exemplo os que foram dedicados a doenças físicas e mentais, os que foram dedicados e que respeitam a vida e dignidade e que foram dedicados também à saúde pública e nós temos aqui a semana da diferença, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, temos um Programa Nacional Territorial, temos aqui até uma Medalha de Ouro, que é uma cereja no topo do bolo de todas estas circunstâncias, temos os direitos e os deveres das crianças sempre em cima da mesa.

Devo dizer que no contexto, continuando este tipo de desenvolvimento da ideia que está explícita, a Semana da Reflexão Nacional no contexto da prevenção e a Câmara Municipal porque fez uma boa definição das prioridades e porque fez uma boa aplicação dos recursos públicos, conseguiu estar preparada para situação extremamente difíceis, como foi aqui focado há pouco tempo, como por exemplo a aquisição do edifício do Piaget, reparem que proporcionou um ensino de qualidade, deixou um património significativo que o Município adquiriu, exatamente porque sabe fazer uma boa definição das prioridades e jogar no sentido da aplicação dos recursos públicos e não há dúvida que conseguiu ligar à educação e ao Estado e às escolas e com este momento muna situação extremamente difícil, proporcionar uma qualidade ao ensino e a todos os seus agentes através da utilização e do suporte que o edifício do Piaget vai criar nesta dificuldade, de todas estas situações complicadas.

A Igreja dos Avantos e o edifício da Estação de Caminhos-de-Ferro, são outros dois temas que considero extremamente importantes.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atendendo a que é a primeira Assembleia Municipal do ano de 2017, desejo a todos os presentes um ano em consonância com os desejos de cada um.

Relativamente a este ponto e na página n.º 7, no ponto “Câmara Municipal de Mirandela assume erro na faturação do consumo de água”, diz-se e eu leio: “A nova forma de apresentação da fatura da água determinou a necessidade de atualizar a aplicação informática que faz a gestão dos consumos e cobranças da água, coincidindo também com um mês de leituras pelos técnicos municipais, o que originou o erro que compreensivelmente surpreendeu e perturbou os consumidores afetados”, fim do articulado que está escrito.

Eu pergunto: mas porque é que só afetou, segundo dizem 10 % dos consumidores? Foi um erro informático? Ou esse dito erro informático adveio da acumulação de consumos não fornecidos pelo consumidor, ou não lidos pelos serviços?

Já foram devolvidos os valores cobrados por débito direto em conta bancária ou por outra via?

Na página 10, é-nos também dado conta, no ponto “Tribunal de Contas concede visto a contrato de aquisição do edifício Piaget”, aprez-me dizer o seguinte, passo também para melhor enquadramento cito o que está escrito no último parágrafo, “após o processo de reabilitação do parque escolar de Mirandela, em que se inclui também a Escola Secundária de Mirandela, a Câmara Municipal tem como objetivo proceder à reabilitação integral do edifício e concentrar aí os Serviços Municipais, atualmente dispersos por diferentes edifícios e zonas da cidade”, fim de leitura do último parágrafo da Informação, ora, parece-me que a referida reabilitação também se enquadra no processo de reabilitação do parque escolar de Mirandela, assim sendo, embora entenda ser pertinente a instalação aí de Serviços Municipais, parece-me, antes de mais, ser de natural justiça que o referido edifício albergasse a Escola Profissional de Artes, Esproarte, visto que como sabemos, se encontra a funcionar em condições precárias há muitos anos, condições essas que não têm impedido de formar altos valores no mundo da música, como todos sabemos.

João
Luís
Teixeira

Parece-nos de elementar justiça que a Escola Profissional tivesse instalações definitivas e este edifício, depois de reabilitado preencheria as ótimas condições para tal.

Gostaria de saber também em que ponto se encontra a aquisição do emblemático edifício da Estação de Caminhos-de-Ferro?

----- **A Senhora Deputada Municipal *Manuela Gândara* (Independente pelo CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Concerto da Orquestra Clássica de Trás-os-Montes e Alto Douro que encerrou o Festival dos Sabores do Azeite Novo e que eu tive o prazer de assistir e que gostei, eu não percebi muito bem como é que esta Orquestra foi criada, sei que tem alunos atuais da Escola de Música, sei que tem alunos que já estiveram por cá, mas presumo que também terá outros alunos, eu gostava de saber como é que esta escola foi criada porque não percebi muito bem, como falou o Senhor Dr. *João Luís Teixeira* primeiro, depois o Senhor Presidente falou a meio, com toda a honestidade, não percebi.

Também estive na apresentação do livro de *Jorge Lage*, gostei, já o li todo, porque são coisas que me são gratas, mas eu sei que o Senhor Presidente não tem culpa, porque presumo que não foi o Senhor que indicou as pessoas para poderem dar as sugestões daquilo que havia em Mirandela, associado ao castanheiro, mas de qualquer maneira, como isto é um registo para memória futura e alguém que um dia vá consultar esta obra, está vazio aqui numa parte, na parte da toponímia de Mirandela aparece-nos apenas as Aguieiras com Soutilha, Soutilha de castanheiro, de souto, ora, Mirandela tem mais do que isso, tem um loteamento, que é o Loteamento dos Castanheiros, que foi feito nos anos 70 e que devia constar porque é história desta terra.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão da faturação da água, o que aconteceu foi um erro, fruto da boa vontade que existe em resolver um conjunto de situações, as pessoas que foram afetadas foram as pessoas que no mês de setembro, receberam a fatura com os mínimos, porque para fazer o acerto das suas contagens, no mês seguinte houve uma reposição, porque estamos a implementar e a tentar fazer isso de forma adequada o sistema de estimativas, mas em muitas das situações isso não acontece, não obstante ser um erro, erro que surgiu de um quadro de regularização.

Aqui houve uma decisão política, porque os serviços atuaram adequadamente, os serviços têm atuado adequadamente.

O que foi feito imediatamente foi a suspensão dos débitos diretos, a devolução dos que já tinham sido feitos e a reposição da faturação tendo em conta os escalões e a regularização o que não evita que continuem a existir casos pontuais com inconformidades, normalmente se as pessoas fizerem as suas leituras com regularidade e elas forem descarregadas, há um acerto quando é feita a leitura pela Câmara, a qual faz duas leituras por ano, se o acerto for logo de imediato e se houver uma diferença muito grande, há o risco de disparo de escalões.

Foi uma situação de regularização interna, que deu origem a este excesso de escalões, foi uma situação que politicamente a Câmara Municipal podia resolver o assunto, mas há uma coisa muito importante a salientar, não houve ninguém que fosse objeto de injustiça.

Em relação ao Instituto Piaget, o edifício Piaget vai ser utilizado como apoio das intervenções do parque escolar, por isso não vai ser intervencionado, nem incluído nessa dimensão.

Quanto à sua opinião, eu aceito-a como válida, mas a verdade é que as opiniões têm a ver com as decisões, a nossa está tomada, neste momento já a estamos a desenvolver, e iremos concentrar naquele edifício os Serviços Técnicos Municipais. A verdade é que a Escola de Música por exemplo, teve um crescimento das suas instalações, tem as condições que conhecemos, mas também posso dizer o mesmo para os funcionários municipais, que estão em condições cada vez mais concentradas e desagradáveis, os Serviços Municipais estão dispersos pela cidade, em situações completamente adversas, temos área de trabalho muito concentradas e que não apoiam as boas condições de trabalho e também é uma questão estratégica concentrar ali os Serviços, é uma opção que nós tomamos, naturalmente respeitamos as outras e respeitamos outras opções, mas não é neste momento a opção que nós tomamos, A que tomamos é efetivamente usar como apoio às intervenções do parque escolar, entretanto fazer os respetivos projetos de intervenção, seguidamente fazer uma intervenção e colocar lá os Serviços com dignidade e com as valências que já existem lá neste momento.

Em relação a Deputada *Manuela Gândara*, a Orquestra de Trás-os-Montes e Alto Douro é uma entidade com a qual a Câmara Municipal não tem qualquer tipo de relação formal neste momento, surgiu por iniciativa própria de um conjunto de pessoas, nomeadamente, pessoas lideradas pelo Maestro *Jorge Lourenço* e que se uniram, são alguns alunos e professores da Escola, outros não, é um grupo que toma a iniciativa de se unir, a Câmara Municipal naturalmente continuará a dar todo o apoio, pois acho que é uma iniciativa de mérito.

Em relação ao livro do Dr. *Jorge Lage*, poderemos fazer chegar essas sugestões.

4.2 – Decisão de Contratar: “ PARU 1 – Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de N.ª Sr.ª do Amparo”.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 27 de dezembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “PARU 1 – Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de N.ª Sr.ª do Amparo”;**
- 2 - As peças procedimentais;**

Júlio
Deputado
Obsequio

- 3 – O preço base no valor de 2.085.000,00 € (dois milhões e oitenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;
- 4 – O prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vale mais tarde do que nunca!

Requalificação da envolvente do Santuário Nossa Senhora do Amparo, que é o PARU, este Presidente que está aqui atrás, quando promete cumprir e não é aquela Presidente que só tem teorias, para no final não apresentar nada, mas ele apresenta e esforça-se por isso, por isso devemos agradecer ao Presidente, se não, não tínhamos PARU, nem tínhamos nada.

Para mim é uma situação deveras interessante.

Situação existente.

Trata-se de uma área composta por zona de jardim, com vias e estacionamento pavimentadas a asfalto e zonas sem qualquer tratamento, em terra, apenas ocupadas nos períodos festivos, uma vez por ano, na festa de Nossa Senhora do Amparo. Em relação à envolvente é uma área completamente descaracterizada com intervenções feitas ao longo de muitos anos, que não convida ao passeio nem à visita do espaço e Santuário.

A área de intervenção engloba toda a envolvente do Santuário, com exceção da própria área do Santuário. Dada a degradação do espaço, a sua descaracterização, a falta de tratamento e a falta de interligação desta área com a restante malha imediata da cidade, em termos de situação de ocupação /tratamento de espaço e infraestruturas, são proposta as seguintes intervenções: renovação de todas as infraestruturas enterradas, tratamento de pavimentos rodoviários e pedonais, tratamento de zonas verdes, instalação de mobiliário urbano, incluindo a demolição de muros e pavimentos, movimentos de terras de escavação e aterro de acordo com cotas do projeto. A área de intervenção, na sua grande parte, destina-se a espaço público pedonal de lazer e estar que pela sua proximidade apoiará as atividades do Santuário, e ligará de uma forma bastante pronunciada outras zonas pedonais (Parque Dr. José Gama e Parque Império), seja pelo passadiço proposto entre a “Praceta das Almas” (Zona dos nichos no final da Ponte Velha) e o Parque Império através do percurso pedonal da Ponte Velha até esta nova intervenção. Porque a intervenção da proposta foi dar lugar ao peão em detrimento do veículo, foi necessário reorganizar as vias de circulação automóvel dando-lhes novos traçados, permitindo assim que todo o espaço envolvente, principalmente na zona a nascente junto ao rio, se abra para a cidade.

A intervenção desenvolve-se em 4 praças de um passadiço. Pretendeu-se ligar toda a área de intervenção e o Santuário indiretamente ao rio e à cidade através da supressão da via/fronteira existente entre a margem e o Santuário, dando prioridade ao peão. A intervenção é fortemente marcada por introdução de vegetações (árvores que pretendem criar um cenário em volta de santuário evidenciando-o e destacando-o de toda a envolvente, criando um espaço de recato e “isolamento” de toda a vida urbana, dentro da cidade.

Os tipos de pavimentos, bem como as cotas/plataforma a que se implantam as praças irão permitir que o peão tenha sensações diferentes à medida que percorrer os vários espaços.

“Os elementos marcantes (...) não só estruturam a região internamente, como identificam a identidade de todo, enriquecendo o seu carácter” e aqui vamos também ter essa situação de enriquecimento da nossa cidade.

Há aqui outra situação, que é em relação à requalificação, que há um programa de intervenção e isso é determinante, que é a reabilitação de todo o quarteirão.

Vai existir uma coesão territorial entre as duas margens, isso é um feito que o nosso Presidente vai conseguir e que conseguiu pela perspicácia do próprio Presidente, o Presidente e a equipa que o acompanha, têm uma metodologia própria, para realizarem as suas intervenções e neste caso realizar como é que se deve protagonizar um espaço em termos de reurbanização, eu aqui também falo das Arquitectas da Câmara Municipal, a Arq.^a *Celene Marta* e a Arq.^a *Ana Santos*, os meus cumprimentos às Arquitectas, mas se o Senhor Presidente da Câmara não agarrasse nisto com olhos de ver, continuaríamos como há 20 ou 30 anos com o espaço que lá temos, que estaria igual, nada mudaria, ficaria tudo igual.

Eu aqui olho para a magnitude do Senhor Presidente, em conseguir criar este clima de otimismo para os mirandelenses, os mirandelenses devem tudo isto que eu estou aqui a dizer ao Presidente da Câmara que temos, que é um Presidente coerente, eficaz e acima de tudo não é demagogo, não é demagogo e é frontal para as pessoas.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Caderno de Encargos que é apresentado, aquilo que eu pergunto é, uma vez que o parecer do Senhor Eng.º Guedes Marques dizia, “deve ainda contactar-se o Hotel, pela interação do passadiço e o proprietário da esplanada pela reconfiguração do local”, aquilo que eu pergunto é se isso já foi feito e em que pé é que está.

Já agora isto são 2.85 milhões de euros, é muito dinheiro, tenho tido algumas pessoas que vêm ter comigo a dizerem que isto parece dinheiro a mais a gastar na religião, mas também já foi dito que não é só na religião.

O conhecimento que eu tenho é pouco sobre aquilo que se pretende fazer, aquilo que eu recomendava, se é possível, era que fosse colocado um mupi a dizer exatamente aquilo que se pretende fazer, para dar à população a ideia da grandiosidade daquilo que se pretende fazer. E também já me têm perguntado se a rotunda do Hospital conta deste projeto, ou em que pé é que está esta rotunda do Hospital?

J. Gama
D. Garrido
A. Branco

No Parque Dr. *José Gama* foi criado um espaço com equipamentos de manutenção, concordo com isto, mas o que me pareceu é que os equipamentos estão muito disperso, o que eu sugeria é que os equipamentos estivessem mais concentrados, se fosse possível.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, o que está aqui é o processo de abertura de concurso. Começava em primeiro lugar por felicitar a equipa técnica, principalmente a Arquitecta *Celene Marta* e a Arquitecta *Ana Santos*, os Engenheiros que estiveram envolvidos, na organização das diversas especialidades e sei bem o que é o sacrifício que muitas vezes temos de ter a título pessoal, para atingir objetivos, naturalmente há uma decisão política, para a efetivação de um projeto de requalificação deste espaço, que há muito era necessário, aliás, em tempos houve um estudo prévio do Arquitecto *Alcino Soutinho* para o mesmo espaço e naturalmente que sei bem dos sacrifícios que são feitos para atingir muitas vezes prazos surreais.

Os meus parabéns a todos os elementos que estiveram envolvidos e acho que está um projeto muito bem estruturado para aquela zona, não vou entrar nos pormenores.

Eu julgo que a apresentação não deveria ter sido feita pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas deveriam ter sido as autoras a fazerem essa apresentação aqui na Assembleia, eu acho que é a forma correta de valorizar quem trabalha estes projetos, quem cria utiliza a sua criatividade para conceber soluções.

Relativamente à abertura do procedimento, eu salientava o seguinte, é que por vezes há aberturas de procedimentos em concurso, mas ainda faltam se calhar pareceres que podem condicionar certos parâmetros do procedimento, há aqui uma indicação que há pareceres da Direção Regional da Cultura Norte e da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, para se pronunciarem, certamente e esperamos nós que sejam pareceres positivos. Se não o fizeram já, era importante que esses pareceres fossem acautelados e naturalmente de forma positiva, para que não haja constrangimentos, de Tribunal de Contas a solicitar essa documentação e ficar o processo parado.

Quanto à reformulação dos valores da candidatura, julgo que é um procedimento que não tem de passar pela Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar quero dizer ao Senhor *David Garrido*, que não devemos misturar religião com política, ou obras, cada um é o que é, cada um pensa da sua maneira, como quiser.

Em relação a este ponto, quero fazer um preâmbulo, o Santuário não é da cidade de Mirandela, o Santuário é do concelho de Mirandela, o mesmo se passa com a Festa de Mirandela, a Festa é do concelho de Mirandela, é de todos os mirandelenses e os melhores interpretes daquilo que eu estou a dizer, é quando chegam os nossos emigrantes que falam com paixão, quer do seu Santuário, quer das suas Festas.

E que muitas vezes dizemos, “Há dinheiro para o Santuário. Há dinheiro para Mirandela. Há dinheiro para a cidade e não há dinheiro para outros lados”, não, vamos por as coisas como devem ser.

Relativamente ao projeto, é um projeto emblemático para a cidade e marcará o Santuário de Nossa Senhora do Amparo para as próximas décadas.

Em fase de estudo prévio, foi apresentado publicamente e não mereceu contestação, é de sublinhar de forma relevante, que os Serviços Técnicos do Município, corresponderam positivamente os desafio de concretizar um projeto tão delicado e com tanto significado para esta cidade e concelho e como tal, já foi aqui dito, mas pode ser interpretado de outra maneira, os Senhores dois Arquitectos darem os parabéns às Senhoras Arquitectas, mas eu aqui vou mais longe, até para ficar para memória futura:

O Grupo Parlamentar do PSD, realça o trabalho apresentado, quer pela Arq.^a *Celene Marta* com a colaboração da Arq.^a *Ana Santos*, bem como na Unidade Orgânica de Infraestruturas Públicas, o Eng.º *Luís Borges*, o Eng.º *Luís Vinhais* e o Eng.º *Paulo Verdelho*.

Este projeto, como disse o Senhor *Garrido*, tem um valor de 2,85 milhões de euros e para terminar, queria pedir ao Senhor Presidente, que nos faça uma síntese dos apoios que tem recebido a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, por outro lado, também gostaríamos de ouvir, se assim o entender, o Senhor Presidente da Confraria.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar pela rotunda do Hospital, foi tomada uma decisão muito recentemente de avançar com o projeto de execução de uma proposta urbanística que foi feita internamente, na Câmara Municipal e já foram dadas instruções para que ela passe a fase de execução e a fase de projeto.

Temos neste momento uma intervenção que vai desde o sítio da rotunda até ao Cemitério Novo, vamos ponderar se aguardamos uma coisa pela outra, ou se avança, mas neste momento a solução arquitetónica que foi proposta pelos Serviços Técnicos está aprovada e irá avançar para projeto de execução.

Em relação ao circuito de manutenção, o objetivo no Parque Dr. *José Gama* é mesmo esse, é que haja um circuito onde as pessoas entrem no início do Parque e vão até ao fim do Parque, acompanhando sempre o Parque ao longo do rio.

Neste momento já temos um novo Parque, que tem as características que o Deputado *David Garrido* referiu, que é no Bairro do Pombal e vamos colocar brevemente o mesmo tipo de equipamento no Parque da Ribeira de Carvalhais.

Tendo em conta que este é o segundo projeto do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que vem a esta Assembleia, gostava de dizer que o PEDU tem uma característica que eu acho que é muito importante, ao contrário do que aconteceu se calhar no passado com outros Documentos Estratégicos, em que podia haver contribuição de Serviços Municipais, o PEDU, exceto na sua componente formal de estruturação, foi essencialmente concebido pela estrutura técnica municipal, foi objeto

Juiz
Deputado
Obsequio

de uma reflexão, ainda antes de existir PEDU, foram feitas evoluções técnicas, foram feitas evoluções tendo em conta a elegibilidades e o PEDU de Mirandela, aprez-me dizê-lo, que é um projeto da estrutura técnica municipal, aliás, eu tenho de fazer aqui essa justiça, não só em relação ao PEDU também, mas também a todas as Escolas que estão a ser intervencionadas são objetos de projetos locais e eu julgo que isto é um bom sinal da nossa engenharia, da nossa arquitetura, da nossa capacidade.

É muito satisfatório para mim, como Presidente da Câmara, poder apresentar projetos em que a estrutura que os apresenta é local e neste caso muito específico, o PEDU de uma forma global e hoje naturalmente este projeto da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo.

A história é conhecida, a intervenção que estava prevista pelo Arq.º *António Soutinho* era essencialmente uma intervenção do Santuário para fora e não do Santuário na envolvente, e por questões específicas de licenciamento, o que nós vamos intervir é na envolvente, pois o PEDU, pelas suas elegibilidades, aquilo que apoia são intervenções de carácter urbano, de reabilitação urbana, reestruturação urbana e que levam a que as áreas de intervenção tenham de ser pública, ou semi-públicas abertas ao público.

Este projeto foi debatido e apresentado, no Santuário de Nossa Senhora do Amparo, quando foi da apresentação do Cartaz das Festas de 2016.

O valor da obra é de 2,80 milhões de euros + IVA, que dá cerca de 2,2 milhões de euros, que são suscetíveis de serem jogados entre as respetivas rubricas, estando essencialmente identificadas duas principais intervenções no PEDU, a intervenção na envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo e a intervenção no corredor Reginorde/Parque Império, a qual também está neste momento a ser estudada e planeada na Câmara Municipal, falamos de uma dimensão muito maior, mais uma vez estamos a falar de uma intervenção fruto da capacidade técnica municipal e dos Técnicos Municipais, que conseguem fazê-lo.

Em relação à questão dos pareceres, o processo é acompanhado pela APA, e em relação à DRCN isto tem a ver com o facto de termos a ponte naquela zona, mas não causa constrangimentos.

Esta obra é uma obra emblemática, mas para além do Santuário e da envolvente, também recupera uma zona da cidade que neste momento é das zonas mais limitadas. Também temos já em curso uma intervenção no Mercado Municipal, no âmbito do PEDU, temos pois um conjunto de intervenções de reabilitação.

O PEDU é um instrumento excelente para fazermos alteração e reabilitação urbana, não está fechado, é para nós importante em termos de futuro a execução, há questões emblemáticas que a todos nós nos sensibilizam e julgo que esta é uma daquelas que nos sensibiliza e que vai marcar a história de Mirandela no futuro, volto a dizer, eu enalteço muito a disponibilidade e principalmente a disponibilidade de construir Mirandela por dentro, isto é, construir Mirandela com as pessoas que estão cá e eu aqui não deixo de afirmar, já o foi dito aqui, mas como responsável político tenho de o dizer, o PEDU de forma global, e neste caso em específico a reabilitação da envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, tem uma componente local, tem uma componente de identidade local e eu julgo que quando a entidade local está transportada nos projetos, faz melhores projetos, faz projetos que se entendam melhor.

Haverá sempre quem não goste disto ou daquilo, mas a verdade é que do ponto de vista global, eu gostava de enaltecer esta circunstância.

Em relação ao que foi dito pelo Deputado *Dinis Veiga*, a Câmara Municipal apoia a Confraria ao longo dos anos, sempre apoiou, com valores que estão descritos no nosso Orçamento, temos um valor que é aprovado anualmente, está no Orçamento que aqui foi aprovado, passou agora para uma estrutura de mensalidade e também foi assumido por nós publicamente, fazer o acerto dos valores circulantes que ao longo dos anos foram acumulando, para liquidarmos. É preciso entender que este é “apenas” o maior evento de Mirandela ou até da região e é um evento que do ponto de vista de retorno económico não sofre contestação, quer quanto ao seu apoio, quer quanto à sua dimensão, precisa efetivamente é de um espaço mais bem tratado.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor e uma abstenção do membro da CDU, aprovar:

- 1 – A abertura do Concurso Público que visa a realização da empreitada designada por “PARU 1 – Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de N.ª Sr.ª do Amparo”;
- 2 - As peças procedimentais;
- 3 – O preço base no valor de 2.085.000,00 € (dois milhões e oitenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor;
- 4 – O prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
- 5 – A constituição do júri referida na Informação Técnica;

4.3 - Protocolo Celebrado entre a ANMP e a EDP – Proposta de Celebração de Protocolo entre o Município de Mirandela e a EDP.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 27 de dezembro de 2016, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Aprovar a alteração do Anexo I do tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio. Iluminação Pública, nos termos do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Junta
Dinís
António

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração do Anexo I do tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria nº 454/2001, de 5 de maio. Iluminação Pública, nos termos do Protocolo celebrado entre a ANMP e a EDP.

4.4 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2017.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 06 de fevereiro de 2017, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017;

2 – Submeter o referido documento à votação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinís Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com este tipo de revisões orçamentais, que o grupo parlamentar do PSD está de acordo. Na anterior foi para incluir a verba necessária á compra do PIAGET e esta destina-se á compra da estação da CP e terrenos envolventes.

Acabou o folhetim entre a CP e a REFER e já se passaram tantos anos, em que a Câmara insiste na compra. Custou, mas valeu a pena, só que isto vai custar mais dinheiro na sua reconstrução. Demos os parabéns ao atual e anterior Presidente da Câmara, que sempre lutaram pela aquisição agora efetuada.

Acabou também o folhetim para alguns papagaios pondo intelectuais, que aconteça o que acontecer a culpa é sempre da Câmara. Estão a ficar sem assunto para a campanha autárquica que agora se aproxima.

Agora é necessário tomar medidas, para que o edifício não se degrade mais e que os vândalos não continuem na sua pilhagem e destruição, porque muitos ainda pensam:

É do estado é do povo, portanto pode-se destruir porque nada nos acontece, ainda temos muito que fazer para corrigir esta forma de pensar.

Pode aquele local tornar-se uma nova rede de visitas para Mirandela e nós temos técnicos competentes para isso.

Não mantém aquele local, como um antigo presidente projetar para aquela zona prédios de 5, de 6 e até de 7 andares.

Para terminar, uma simples palavra: É constrangedor ver antigas estações vandalizadas e outras praticamente destruídas. Quer a CP ou a REFER devam ser responsabilizadas por esse abandono.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo eu uma pessoa ligada ao desenvolvimento local e a sustentabilidade associada aos investimentos sejam eles públicos ou privados e depois de todos os mirandelenses nos congratularmos com a aquisição do edifício da estação, eis a pergunta que me apraz colocar.

Senhor Presidente, temos o menino nos braços e agora? Qual o destino a promover com o edifício tão nobre e carregado de memórias?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 2005 fiz aqui uma intervenção a pensar na cidade de Mirandela e disse: “evitar roturas de gestão e alometria existem casos evidentes na cidade de Mirandela, estruturação na rede viária, a nível de crescimento urbano e influenciar o modelo do desenho urbano, conferir ao património edificado a importância que ele tem no contexto da cidade e na vila de Torre de Dona Chama e por conseguinte nas aldeias. Enquadrar as intervenções municipais na cidade, criar bandas de espaços verdes pedonais e entrar para o rio, com grande praça de água ao Parque Império, desde a estação até a Reginorde.”

Senhor Presidente, isto foi dito por mim, nesta tribuna no ano de 2005, que aqui prenunciei.

Vou tornar a falar em relação a esta Câmara, à capacidade e à magnitude do fenómeno social que o Senhor Presidente imprimiu aqui nesta Câmara. As incertezas que foram criadas e as especulações que foram criadas pelos próprios partidos, que não eram da nossa área.

A Câmara soube-se posicionar, isto não é retórica populista, porque esta Câmara nunca prometeu soluções fáceis e mediatas para os problemas tão complexos, existe aqui uma sabedoria profunda e humana, politicamente e tecnicamente houve um ponto de equilíbrio, para com as grandes obras e esta vai ser uma grande obra, o edifício da Estação de Caminhos-de-Ferro.

Talvez possa dizer e argumentar, já disse isto aqui na última Assembleia. Este Presidente que temos hoje, é um Presidente inteligente, não é de subir muito alto, nem de descer muito baixo, é de estar no caminho certo, é o que ele faz. E portanto temos uma linha, tínhamos uma linha que era da Companhia Nacional dos Caminhos-de-Ferro, linha Foz Tua/Mirandela, que foi inaugurada a 29 de setembro de 1887.

Pensar a Cidade de Mirandela

Jun 18
De 1887
Obrigue

Poucas vezes a cidade pensada é a realizada. As cidades normalmente desenhadas ao sabor das necessidades urgentes de um determinado loteador, em função quase exclusiva da rentabilidade da operação de loteador.

Portanto o crescimento urbano é um processo muito complexo onde intervém uma enorme multiplicidade de fatores.

Muitas vezes acontece, sem que haja vontade, a cidade é realizada para além da decisão. Para acabar com este caos com todas estas arbitrariedades deverão as Câmaras Municipais e neste a sua Câmara a que V. Ex^a preside, orientar o desenvolvimento da Cidade, para os diversos planos (Plano Geral de Urbanização e Planos de Pormenor), para assim definir a localização das infraestruturas, dos equipamentos, a forma dos espaços coletivos, em resumo a necessidade de planejar.

Estes planos serão instrumentos de pré-visualização da futura Cidade permitindo contribuir para a discussão democrática dos cidadãos, permitindo a respetiva Câmara e Cidadãos programar investimentos e regar o uso e o valor do solo e a expressão criativa dos homens numa nova criação que é a vida urbana.

É através destes planos que a arquitetura começa a ser pensada, mas os planos representam sempre a expressão do poder, político, económico, cultural e social. Eles dependem sempre do processo heurístico e de várias metodologias projetuais dos seus autores. Os arquitetos e urbanistas serão unicamente os detentores dos conhecimentos científicos e dos processos. Para a síntese final expressa no desenho urbano, para que não haja localizações discricionárias dos equipamentos, das atividades económicas e outras, mas sim a produção de vivências em que seja possível a humanização da cidade e a abrangência territorial e funcional para que as pessoas possam percorrer “alegremente”, porque a cidade não pode ser um espaço ou um conjunto de ruas e largos estéreis sem qualquer tipo de vivências, em resumo a VIDA URBANA.

Portanto a qualificação do ambiente urbano passará inevitavelmente pela revisão dos critérios e padrões, às novas formas da vivência urbana.

A Estação Ferroviária de Mirandela, originalmente denominada de Mirandela, é uma gare da linha do Tua, que serve a cidade de Mirandela, no Distrito de Bragança, em Portugal. Entrou ao serviço em 29 de setembro de 1887.

O troço da linha do Tua entre as estações de Tua e Mirandela foi inaugurada em 27 de setembro de 1887, tendo sido organizado um comboio especial para a cerimónia, que foi acolhido na gare por uma grande multidão, composta por habitantes de Mirandela e da região em redor. A família real saiu do comboio e foi em cortejo até à Câmara Municipal, enquanto a locomotiva dirigiu-se a placa giratória para inverter a marcha, de forma a rebocar o comboio no sentido inverso. Quando passou pelas oficinas, o fogueiro abriu as portas para proceder á limpeza da caixa do fumo, operação que impressionou a população reunida no local. Na cerimónia, que também contou com a presença do ministro das Obras Públicas, Barjona de Freitas, foram feitos vários discursos e a recitação de versos, escritos por Joaquim Belchior de Azevedo e dedicados a D. Luís I e à linha do Tua. Também tocou uma banda de música, e foram lançados foguetes. Foi igualmente oferecido um jantar no armazém de mercadorias da estação. Este troço abriu à exploração dois dias depois, pela Companhia Nacional de Caminhos de Ferro. O primeiro chefe de estação em Mirandela foi Jerónimo Maria Cardoso.

Já em 1897, o empresário Moses Zagury propôs a construção de um caminho-de-ferro de via estreita em Mirandela a Bragança, seguindo a estrada real.

Em 28 de julho de 1905, o governo autorizou a Companhia Nacional a abrir provisoriamente a secção seguinte da Linha do Tua, até Romeu, este troço entrou ao serviço em 2 de agosto de 1905. Em 17 de outubro de 1905, entrou ao serviço o troço seguinte, até Macedo de Cavaleiros, tendo o primeiro comboio saído desta estação por volta das 8 horas da manhã, com destino a Mirandela. O comboio chegou a Sendas em 18 de setembro do mesmo ano, a Rossas a 14 de agosto de 1906 e finalmente a Bragança a 1 de dezembro de 1906 completando a linha do Tua.

Nos princípios do Século XX, a Companhia Nacional criou um serviço rápido de Bragança a Tua, com paragens em várias estações, incluindo Mirandela; o objetivo era dar ligação ao Comboio Porto-Medina, que percorria a Linha do Douro no seu trajeto entre São Bento e a cidade espanhola de Medina del Campo.

Ligações Projetadas e Outra Linhas

O Plano Geral da Rede Ferroviária, introduzido pelo Decreto nº 18:190, de 28 de março de 1930, aludiu à necessidade de construir uma rede de vias que ligassem as várias linhas de via estreita a Norte do Rio Douro entre si e a Leixões, de forma a expandir a zona de influência daquele porto e melhorar as condições de funcionamento. Esta rede, que deveria estender-se de caniços a Mirandela, era conhecida como transversal de Trás-os-Montes, e um dos seus troços seria Transversal a Valpaços, com cerca de 67 Km de extensão, que ligaria Mirandela á Linha do Corgo nas estações de Vila Pouca de Aguiar ou de Pedras Salgadas, de acordo com estudos prometidos.

Expansão da estação

Em 1993, a Companhia Nacional realizou várias intervenções na estação de Mirandela, incluindo a cobertura e calcetamento do cais descoberto, a construção de um muro de vedação, o ajardinamento do recinto, a construção de um hangar para o serviço de revisão do material circulante, a modificação de parte do seu piso do edifício para instalar os Serviços de Exploração, e a ampliação da casa do guarda da passagem de nível, para servir de habitação ao capataz geral da 1ª Secção de Via e Obras.

No ano seguinte, foi assente uma via de acesso ao cais do carvão, e em 1935 realizaram-se obras de conservação no edifício da estação.

Em 1939, o edifício voltou a ser alvo de obras, tendi sida modificada a residência do diretor de exploração, feitas várias reparações nas dependências públicas e nos escritórios da exploração; Também foram feitos trabalhos de reparação na casa do guarda da passagem de nível e no dormitório do pessoal de trem, ampliada a habitação do chauffeur, e construído um alpendre para servir como depósito de lenhas e de serração mecânica.

Em 1938, foi montada nas oficinas de Mirandela a primeira locomotiva diesel em Portugal, batizada de Lydya.

Integração na CP

Em 1 de janeiro de 1947, a Companhia Nacional foi integrada na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Em 1990 a locomotiva 9006 estava adjudicada ao depósito de Mirandela.

J. de
D. de
Obra

Encerramento do troço entre Mirandela e Bragança

Em 15 de dezembro de 1991, a operadora Caminhos de Ferro Portugueses encerrou o troço entre Mirandela e Bragança, e em 13 de outubro do ano seguinte retirou o material circulante daquela estação e levou-o até Mirandela, numa operação que atraiu considerável polémica.

Criação do Metro em Mirandela

Na década de 1990, iniciou-se o projeto do Metro de Mirandela, que pretendia aproveitar parte do traçado da Linha do Tua para um sistema ferroviário ligeiro; o primeiro troço, de Carvalhais até Mirandela, foi inaugurado a 28 de julho de 1995.

Século XXI

A circulação do Metro foi prolongada até a estação do Tua em 21 de outubro de 2001, mas foi interrompida entre o Cachão e Tua em 22 de agosto de 2008 na sequência de um grave acidente.

Em 26 de março de 2010, um grupo de cidadãos enviou um pedido ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, para a classificação como Património de Interesse nacional do troço entre Tua e Mirandela, alegando a sua importância como uma componente única do património ferroviário português, que estava em risco de ser alargada com a construção da Barragem do Tua. No entanto, este processo foi arquivado em 4 de novembro desse ano.

Estação de Mirandela

Volvidos 54 quilómetros na linha ferroviária do Tua a estação de Mirandela é a maior e mais imponente da linha, e oferece um exemplo particular de arquitetura associada à Caminhos-de-Ferro em Portugal. O edifício é definido por um corpo central de três pisos (e um quarto já em água-furtada, no alinhamento da zona central deste corpo), com três alinhamentos de janelas, muito próximas entre si. Em cada lado do volume central do conjunto existem dois corpos simétricos, de dois pisos (e um terceiro em água-furtada). Estes dois corpos, como que torreões são ligados ao corpo central por dois elementos mais baixos. O que confere singularidade ao conjunto é o fato de as cobertas dos corpos laterais e central terem uma pendente muito acentuada. Este é o único edifício significativo que resta do complexo ferroviário que ali existiu.

As raízes de uma identidade coletiva que se perde num vasto tempo. Reinventar uma paisagem humana, uma ideia de arquitetura eis a Cidade Infinita.

A Inauguração

A linha foi oficialmente inaugurada a 29 de setembro de 1887, tendo contudo sido aberta ao serviço de mercadorias a 15 de setembro.

Na cerimónia de inauguração esteve presente a família real, com exceção da princesa D. Amélia, e o Ministro das Obras Públicas Barjona de Freitas. Na estação do Tua compareceram as Câmaras de Alijó, Carraceda de Ansiães e Pesqueira. O comboio real partiu da estação do Tua às 9 horas e 15 minutos, chegando a Mirandela às 12 horas e 10 minutos. O Engenheiro Chefe Dinis Moreira da Motta teve a honra de conduzir a locomotiva n.º 1 batizada de «Trás-os-Montes», que rebocou o comboio real até Mirandela. À chegada a Mirandela aguardavam o Governador Civil e Bispo de Bragança, as Câmaras Municipais de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Bragança, Valpaços, Vila Flor e Alfândega da Fé, os membros da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, acompanhados de 6 bandas de música e milhares de pessoas muito entusiasmadas. Para a receção aos reis foi montado um pavilhão na estação, onde foi servido um «lunch» preparado pela casa Ferrari, de Lisboa. Um «lunch» de duzentos e cinquenta talheres, com um custo de 5.000 reis.

A obra era de tal forma importante que foi noticiada em jornais de Lisboa, tendo destaque da primeira página no Diário de Notícias.

Senhor Presidente, eu aqui presto mais uma vez a sua homenagem, em relação aos 847 mil euros, pagos em 20 anos e que é mais uma atitude, que eu como mirandense, a si cada vez mais o admiro, a admiração é tal que só me praz em estar consigo nestas situações de indefinição. E mais uma vez, para os nossos queridos Deputados das outras Bancadas e da nossa Bancada, apraz-me o seu sentido objetivo, o seu sentido de equilíbrio, de consciência, para que este edifício finalmente fique num contexto urbano inserido, em que se faça realmente um parque urbano entre a Reginorde e o Parque Império e que se faça aquilo que se fez para o Santuário de Nossa Senhora do Amparo.

----- O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou votar a favor desta 1 Revisão do Orçamento de 2017, mas o que me traz aqui é uma pergunta que já foi formulada, que é: “e agora?” a outra pergunta era, a parte da linha entre Mirandela e Carvalhais, acaba? Se acaba o que será feito naquele troço, ou vai continuar o Metro entre Mirandela e Carvalhais? De resto, parece Senhor Deputado *António Figueiredo*, que afinal as gotas de água de cá de cima de Trás-os-Montes, quando são bem aplicadas resultam, como acabou de dizer que o Senhor Presidente que é uma gota cá em cima e que resolveu, vale a pena insistir sempre.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Revisão Orçamental é fundamentada pelo facto de nós, no princípio orçamental como já verificaram, não fazermos a previsão daquilo que não temos garantido e digo com alguma tristeza e sinceridade, muito gostaria eu que em outubro do ano passado, quando apresentamos aqui o Orçamento, pudesse já ter aprovisionado este processo, evitávamos ter de o trazer aqui hoje e já teríamos ultrapassado algumas etapas.

Mas a história desta Estação não obstante a descrição interessante que fez Senhor Deputado *António Figueiredo*, é uma história triste, não diria triste naquilo que ela representou, mas triste na perspetiva daquilo que pode ser negativo em toda a Administração Pública, incluindo a Administração Local.

Em 1995 foi constituído o Metro de Mirandela e Metro de Superfície de Mirandela assinou o memorando com a CP, nesse memorando dizia basicamente isto: Aqueles terrenos serão entregues ao Metro, para que o Metro os possa valorizar, e o princípio

Junho
Dezembro
Outubro

da valorização dos terrenos tinha a ver com a aquisição das locomotivas do Metro, aqueles terrenos tinham como objetivo serem rentabilizados no ponto de vista económico, urbanístico e pagar as locomotivas do Metro que foram compradas, quatro na altura.

Ao mesmo tempo a Câmara Municipal, como é do conhecimento de todos, ocupou diversos terrenos, com a construção da Central de Camionagem e outras intervenções que foram realizadas já dentro desse princípio. Aconteceu entretanto que não havendo por parte do Metro de Mirandela a intenção de fazer essa valorização, foi proposta a valorização dos terrenos pela CP, pela Invesfer, que era a empresa de investimentos da CP, que se propôs a realizar 2 loteamentos naquela área. O loteamento A e B. Um desses loteamentos pressupunha 10 prédios de R/C mais cinco, isto é, 10 prédios de 6 andares e duas caves, a serem realizados do lado de lá da linha, passando a linha junto à casa do Dr. Pires, repito 10 prédios, r/c mais cinco, do lado de cá da Estação, 5 prédios ao lado da Estação, r/c mais 4, que daria 5 andares também eles com caves e a Estação foi designada estalagem.

Este era o objetivo, que no fundo rentabilizava aqueles terrenos e permitia que esses terrenos fossem vendidos e a CP vendeu, pelo menos prometeu vender, mas acabou por não vender, prometeu vender a um promotor imobiliário Mirandense e acabou por pagar um valor.

Em 2004 a Câmara Municipal decidiu que aquela proposta não devia ser aceite do ponto de vista urbanístico, decidiu que a proposta não era aceitável para aquilo que se pretendia para aqueles terrenos e decidiu também não deixar avançar o loteamento, significa isto que bloqueou qualquer projeto urbanístico que ali surgisse. Esta opção realizada nessa altura, foi também acompanhada por uma deliberação, em que a Câmara Municipal se propunha pagar por aqueles terrenos um milhão trezentos e dezoito mil euros, pagando a Câmara os terrenos, evitando que nessa altura fosse feito esse loteamento e assumindo esses encargos, substituindo-se à CP, compensando-a num milhão e trezentos e dezoito mil euros e garantir que os terrenos não seriam ocupados, como estava previsto na operação urbanística.

Talvez pela valorização que se associou a este processo, é entretanto constituída a Refer, como sabem antigamente só tínhamos a CP, e a CP era operador e simultaneamente era gestor de infraestrutura, em determinado momento e à semelhança do que acontece em qualquer país europeu, foi criado um gestor de infraestruturas que hoje é IP Refer e a CP passou a ser operador que geria o transporte.

Tudo correto quanto a isso exceto num pormenor, os terrenos deviam ser de domínio privado ferroviário, o que significa que deviam pertencer à CP, mas a REFER talvez por uma questão económica, registou os terrenos como sendo de domínio público ferroviário ficando esta detentora. A situação é tão cómica, se não fosse triste, que ambas as entidades registaram os terrenos, por isso hoje em dia têm um duplo registo, uns como domínio privado ferroviário, outros como domínio público ferroviário, enfim temos dois proprietários para o mesmo terreno.

Acontece que em simultâneo, fruto da gestão que todos conhecemos dessas duas empresas, os terrenos foram onerados, porque para se financiar estas empresas utilizaram todos os recursos que tinham e oneraram estes terrenos e vem daqui o impasse que nós suportamos há longos anos, a Câmara Municipal desde 2004, desenvolveu todos os esforços para que fosse aceite a sua proposta, em 2004 o valor previsto era de cerca de um milhão e trezentos mil euros, tendo-se desenvolvido esforços, no sentido que fosse definido quem era o efetivo proprietário e com esse fosse feita a aquisição dos terrenos e toda a envolvente.

Infelizmente e não obstante os esforços diversos, reuniões contínuas, não foi possível, até ao mês passado encontrar uma solução a contento das três entidades envolvidas, este é um acordo tripartido, o acordo direto é com a CP, e a Câmara Municipal que neste momento desenvolve os procedimentos formais para concretizar a aquisição dos terrenos pelo valor em que estão registados, 847 mil euros.

Isto para fazer o histórico do que aconteceu e dizer que não obstante a satisfação com que estamos hoje, foi um processo “kafkiano” do ponto de vista daquilo que a Administração não pode fazer, mais grave ainda, tendo em conta a degradação a que assistimos dia após dia fruto de abandono, porque estas entidades, não obstante serem proprietárias, decidiram não exercer o direito de propriedade e deixar o edifício chegar aquele nível de degradação.

Neste momento, considerando este acordo e respondendo ao Senhor Deputado *David Garrido*, este acordo não envolve o Metro. Enquanto o acordo inicial, proposto pela Câmara Municipal propunha que no âmbito da liquidação do Metro, nos fossem entregues os terrenos e nós nesse âmbito assumíamos a dívida para isso acontecer, neste momento nada disso está em causa, o Metro continua a circular na linha nos termos que tem circulado nos últimos tempos, fazendo o transporte quotidiano até ao momento em que esteja concluído a operação do Vale do Tua.

No dia em que começar a nova operação de Mirandela/Tua, neste caso Mirandela/Brunheda, o Metro irá suspender a atividade nessa linha, mas o Metro continua a ser responsável, porque não está no acordo do Vale do Tua, pela linha entre Mirandela e Carvalhais, aliás, temos lá as oficinas, o futuro do Metro terá de ser ponderado na perspetiva racional e económica, por isso a curto prazo não há perspetiva nenhuma de encerrar aquela linha.

A mobilidade quotidiana, na minha opinião, nos próximos tempos vai ter de continuar a ser feita pelo Metro, não vejo outra forma, por isso o Metro continuará a circular fazendo a sua função na linha Mirandela/Carvalhais, até que seja encontrada uma alternativa.

Do ponto de vista de canal ferroviário também parece difícil que ele desapareça, mesmo que um dia se suspenda ou diminua a operação do Metro em termos urbanos, porque as oficinas estão a ser desenvolvidas em Carvalhais, e por outro lado um canal ferroviário é algo imutável, podem acontecer novas gestões, nomeadamente, o facto de termos propostas para o troço Mirandela/Carvalhais/Macedo de Cavaleiros/Bragança, e que estamos a trabalhar nelas e podem levar alguma relação, por isso este negócio, neste momento não tem nada a ver com o Metro, o Metro é um utilizador da linha, este negócio é entre a Câmara e a CP com um terceiro parceiro que é a IP. O Metro não está envolvido nestas circunstâncias, como tal qualquer decisão tomada em relação à gestão do Metro será posterior, teremos que resolver isto porque somos dois acionistas, mas não é neste momento será numa fase posterior.

Em relação ao edifício da Estação e seu destino tenho que afirmar que não está à venda, mas sim está à compra, e seria no mínimo absurdo, comprá-la hoje e vendê-la amanhã. A Câmara não tem intenção de vender os terrenos, para já tem de os regularizar, não pretende vender o edifício da Estação, como digo temos um projeto que vai do corredor da Reginorde até ao Parque Império, esse projeto tem muito desenvolvimento nas áreas externas, será continuado num conceito de desenvolvimento dessas áreas.

J. de
D. de
Ob. de

Aquilo que eu acho, é que o edifício da Estação tem de ter uma função económica, não defendo que o edifício da Estação seja um elemento apenas de exposição ou museu, digo claramente que o edifício da Estação tem de ter um elemento de dinamização económica, que permita a reabilitação e manutenção, preservando a sua arquitetura, história e a história dos mirandenses.

No âmbito do projeto Vale do Tua, em setembro, quando forem celebrados os 130 anos da linha, esperamos ter uma locomotiva antiga na zona de Estação para preservar essa memória, mas estes equipamentos têm de ter funções económicas claras associadas, sobre o risco daqui a uns anos andarmos com dificuldades em relação ao investimento.

Isso será definido num quadro do planeamento que estamos a realizar, num quadro da ponderação urbanística, tendo em conta quais são as áreas, a muito curto prazo está a decorrer neste momento, visitamos o espaço com as nossas equipa técnica para verificar o que é necessário. A curto prazo vamos pôr aquele edifício da Estação devidamente contido, para que não continuem a haver problemas, recentemente houve um risco de incêndio, as portas estão todas rebentadas, enfim há ali um conjunto de circunstâncias e se tudo decorrer como se espera a questão da mobilidade do Tua, no final de março chega a locomotiva a Mirandela e durante o mês de abril, maio, estará em funcionamento o transporte turístico.

Imaginem o que era chegar a Mirandela um comboio turístico e ver a imagem que hoje tem o edifício da Estação naquela zona do apeadeiro, isso para nós é da maior urgência, dar uma imagem a quem chegar, a quem vier e a quem usar aquele transporte, uma imagem de qualidade, uma imagem à Mirandela. Isso é o mais importante.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno de Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por motivo de estar ausente, peço a palavra.

Ouvi atentamente a intervenção do Senhor Presidente, mas há aqui algo que concordo consigo, é uma situação Kafkiana esta situação da Estação. Depreendo da sua intervenção, que efetivamente o imóvel será concessionado a privados, para ter rentabilidade.

A questão que não consigo compreender é que, há cerca de 2 mandatos atrás foi constituído uma parceria público-privada, que tinha uma intervenção naquele edifício, onde e há atas da Reunião de Câmara, onde efetivamente a Câmara assumiu que o edifício já era seu e tem projetos e concurso de ideias para uma Escola de Artes ou de Música para aquele mesmo local.

Como é possível, não sendo vocês proprietários desse terreno, tenham aberto um concurso de ideias, para criar projeto no âmbito de uma parceria público-privada, que não envolvia esses dois acionistas, não os envolvia; gostava de saber, houve o dinheiro público gasto.

É importante saber porque é que só agora é que vai ser propriedade da Câmara e porque é que andaram de alguma forma a iludir os mirandenses, de que isso era património vosso, e o dinheiro público gasto, que alguém teve de receber pelos projetos feitos e pela rescisão da parceria público-privada que houve.

Concordo com o Senhor Presidente, quando diz que é preciso salvar aquele património e acho que a Câmara tomou uma boa iniciativa de chegar a um acordo e comprar aquele imóvel, sendo certo que também é possível comprar hoje e vendê-lo amanhã, não tinham hipótese legal de fazer isso.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou aqui discutir se vamos vender ou não, mas já aqui afirmei que não vamos vender. Recordo que tal como a CP podia fazer um loteamento, a Câmara se fizer um loteamento pode vender como quiser. Não vamos entrar por essa discussão, que não trás frutos a esse debate.

Em relação a parceria público privada, se não estou em erro o Senhor Deputado *Nuno de Sousa* era Vereador, havia uma condição muito básica, lembra-se de quando ela foi extinta nesta Assembleia, foi extinta porque um dos compromissos que estava nessa parceria, era que a empresa comprasse aqueles terrenos, o valor estava lá definido, comprasse esses terrenos e apresentasse uma proposta, este era o conceito das parcerias que na altura se faziam e a empresa nunca conseguiu comprar o terreno, não obstante a empresa que foi constituída, nunca conseguiu comprar o terreno, por isso mesmo não cumprindo os desígnios daquilo que era a parceria público privada, não conseguiu implementá-las.

Se me perguntar se teria sido uma forma de se financiar uma intervenção e de ela ser feita? Concordo, mas entretanto isso foi extinto por não haver objeto de intervenção, havia dois equipamentos em terrenos da CP, era este e outro que seria um edifício público para Serviços Municipais.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento 2017.

4.5 – VII Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela.

-----Foi presente à Câmara Municipal de Mirandela o VII Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Mirandela em 06/02/2017, para apreciação.

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

Junho
Deputado
Obsequio

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Isto é apenas uma referência, mas gostaria de apelar ao Senhor Presidente o favor de, uma vez que se fala aqui da cobrança proveniente das receitas de água, resíduos etc., e da sua evolução, como na última análise as dívidas eram muito elevadas, o Senhor Presidente deu um esclarecimento, que se estava a tentar fazer algo, no sentido de não aumentar a eficácia da cobrança, queria perguntar se a situação está melhor ou como está?

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O empréstimo para saneamento financeiro foi contratualizado em 2013, dívidas de fornecedores que passaram para as instituições bancárias.

A partir desse ano o Município desenvolveu elevados esforços, no sentido de reduzir as suas obrigações para com terceiros, verificando-se que em relação a 2012 alcançou uma redução de 8 milhões e 177 mil euros. Foi feito um bom trabalho, pois reduziu-se a dívida e continuou-se o investimento, como é do conhecimento de todos.

Se olharmos atentamente verificamos que em 2016, o abaixamento da dívida aos fornecedores foi inferior a 2015, mas em contrapartida em 2016, foi maior o abaixamento da dívida às instituições bancárias que em 2015. Este diferencial aos fornecedores em 2016, deve-se ao facto de o Município ter comprado as instalações do Piaget e de terrenos para o alargamento da Zona Industrial. Dois atos de grande alcance, para o desenvolvimento do nosso concelho.

Em conclusão, estes quatro anos de implementação do PSF, com as restrições que impõe, essencialmente ao nível da despesa, verifica-se que a trajetória seguida pelo Município tem sido positiva, facilmente comprovada pela acentuada redução ao nível do endividamento.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta à pergunta do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, é sem dúvida um dos problemas que continuamos a ter e há um empenho muito grande nesse aspeto, não é fácil conseguir, por circunstâncias da vida, mas também com circunstâncias do formato das mesmas, estamos a pensar encontrar modelos novos de cobrança, na componente coerciva, para garantir que há um retorno. De qualquer forma, os valores não têm aumentado, mas continuam a ter algum significado, como iremos verificar quando apresentarmos a Prestação de Contas de 2016.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Proposta de Alteração do Regulamento dos Apoios Económicos do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 06 de fevereiro de 2017, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 – Aprovar a Alteração do Regulamento dos Apoios Económicos do Município de Mirandela;
2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é uma pergunta sobre o artigo 6.º, n.º 5 alínea b), em que o n.º 5 diz “condições de acesso específicas no âmbito de transportes escolar”, na alínea b) diz, “à data de entrada do requerimento o aluno, ter idade igual ou superior a 16 anos de idade”. Gostava que me esclarecessem, quer dizer que até 16 anos não tem de apresentar documentação nenhuma?

----- **A Senhora Deputada Municipal *Fernanda Ferreira* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, atendendo que é um regulamento de apoio económico, com tudo que isso engloba, sendo esta uma alteração que se deve a um aumento da verba, gostaria de ver um regulamento um pouco mais ambicioso, quero dizer com isto, especificar se o apoio é a crianças desfavorecidas, onde faz sentido o apoio a nível escolar, se é a famílias em situação de vulnerabilidade e dentro dessa vulnerabilidade atender à realidade observada e/ou diagnosticada.

Do regulamento que nos é apresentado, gostaria de entender relativamente ao artigo 5.º, “montante de apoio”, relativamente ao ponto 2 e 3 a “comparticipação em medicamentos” e “comparticipação ao nível da habitação”, com valores de 200 euros e 7.500 euros respetivamente, e de que forma foi calculado esse valor, porque me parece que pode haver situações, nomeadamente, na comparticipação em medicamentos, que esse valor possa ser insuficiente e neste caso, não gostaria de saber que um mirandense foi privado de saúde, porque o regulamento não permitia uma solução complementar.

Vejamos também no caso da habitação, por exemplo acontecer uma situação de um incêndio, ou de outras situações anómalas, em que estes 7.500 euros podem também não ser suficientes.

----- **A Senhora Deputada Municipal *Luísa Deimões* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Considerando a educação como um meio de promoção social e cultural dos cidadãos, o Executivo da Câmara Municipal revela a fundamental necessidade de assegurar a todos os munícipes a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo. Neste domínio, assume importante papel no geral e em particular a função relevante na área da Ação Social Escolar, atribuindo um

Jun 16
Deputado
Obsequio

conjunto de apoios que se constituem como benefícios de carácter integral e parcial a alunos enquadrados em agregados familiares cuja situação socioeconómica determina a necessidade de comparticipação, para fazer face aos encargos relacionados com a escolaridade dos filhos. Como o objetivo de proporcionar a correção de assimetrias de ordem socioeconómica da população escolar da rede pública, do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico tem a Câmara Municipal implementado os seguintes apoios:

- Refeições escolares, 686 alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo usufruem do serviço de refeições, 143 alunos do pré-escolar e 543 do 1º ciclo do ensino básico, neste nível de ensino 309 crianças estão integradas nos escalões A e B, o escalão A confere a isenção total do pagamento, e o escalão B a redução do custo da refeição, que passará a ser apenas de 0,73€, este apoio traduz-se num custo total de 70.425,29 € anuais. A nível de ensino pré-escolar há 9 crianças isentas, a isenção inclui as refeições e a componente de apoio à família, num total de 2.391,00 €, o preço médio de refeição pago pela Câmara à entidade fornecedora é de 2,50 €, uma vez que há refeições servidas às crianças do meio rural, acrescem os custos dos transportes.
- A atribuição ou comparticipação no custo dos manuais escolares, relativamente aos manuais escolares, há 240 alunos apoiados na sua compra, num total de 6.275,40 €, o número de alunos apoiados diminuiu em relação ao ano passado, uma vez por determinação do Ministério de Educação, os manuais do 1º ano de escolaridade foram gratuitos supostamente, porque como ainda esta semana foi noticiado e o Senhor Ministro da Educação confirmou, os pais que adiantaram o dinheiro para pagamento dos manuais ainda não receberam, assim como as livrarias. A Câmara Municipal este ano letivo também concedeu apoios em material escolar no valor de 3.289,00 €.
- Transportes escolares, a verba despendida pela Câmara Municipal é de 730 mil euros e há 3 circuitos municipais a cargo da Câmara que não entram nestes custos, a verba atribuída pelo Ministério da Educação é de 122.382,00 €. Com atividade profissional na área da educação, não posso deixar de me congratular com o que está a ser feito no âmbito da ação social escolar, pois é um forte contributo para que as crianças do nosso Município tenham garantido o necessário no seu percurso escolar, como referiu *Nelson Mandela*, “A história nos julgará pela diferença que fizermos na vida de todos os dias das crianças”, isto foi dito num discurso em 2002.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este regulamento, deveríamos tê-lo trazido apenas com as alterações que foram propostas na sua redação, tal como acontece com os Decretos-Leis onde podíamos ver qual foi efetivamente a alteração, o objetivo desta alteração, nesta fase, tem a ver que quando ele foi aprovado, não foram incluídos os apoios em material escolar, Isto é, damos os apoios naquilo que a ação social escolar de acordo com a Portaria, como está aqui exposto, mas nós não tínhamos aprovado os valores para material escolar.

Alguns pais reportavam isso como negativo e foi nesse sentido que foi feita esta alteração, todos os restantes clausulados eram os que estavam em vigor e têm vindo a ser aplicados, o que significa que este é o regulamento de apoios económicos regulares, que tem vindo a funcionar com eficácia, que ainda agora foi demonstrada pela Senhora Deputada *Lúcia Deimões* e que poderão observar também no Relatório de Contas, ao nível do número de famílias que é alcançado por este regulamento.

Tudo o que sai fora deste regulamento, entra no Regulamento de Emergência Social e este responde a todas as situações que não são tipificadas, se alguém tiver o cartão e ultrapassar o valor, será devidamente avaliado e verificado se existe justificação para ultrapassar o valor do cartão dos medicamentos, ou outros. Por isso criamos o Regulamento de Emergência Social e neste momento funciona e bem, nos apoios não tipificados no complemento de suporte aos apoios que estão neste regulamento, daí existirem dois regulamentos, um regular e outro excecional.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Alteração do Regulamento dos Apoios Económicos do Município de Mirandela.

4.7 - Proposta de Alteração do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 06 de fevereiro de 2017, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Alteração do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 51 votos a favor e uma abstenção do membro da CDU, aprovar a Alteração do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mirandela.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo:

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Junho
Deputado
Obsequio

“Moção

Transferência de Competências

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada de meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o poder local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício de soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detém, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferências de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Mirandela, reunida a 17 de fevereiro de 2017 delibera:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação de regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É para manifestar que estou perante um dilema, concordo inteiramente com as conclusões da Moção apresentada, mas repudio a obrigatoriedade de que as Freguesias voltem à situação anterior, porque para mim até devíamos ter ido mais longe e repudio também que a exploração da água por exemplo, passe a ser concelhia nos ramais mais fortes e deixe de ser das Associações de Municípios, porque estes problemas de infraestruturas são cada vez mais complexos e não se podem circunscrever apenas a um Município, têm de ter ligações.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo legítima a oportunidade da sua intervenção, a Mesa poderia sugerir que nesse contexto, poderá sempre utilizar uma Declaração de Voto, que será explícita e muito mais eficaz sobre esta matéria.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Nuno de Sousa* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É verdade que pode ser feita através de uma Declaração de Voto, mas qualquer Deputado aqui tem a legitimidade de manifestar a sua opinião, previamente, antes da votação, a Moção depois de aceite pela Assembleia é colocada à discussão, e sobre isso é assim:

Eu concordo com a maioria das questões que foram ditas na Moção, contudo, também estou solidário com a posição do Presidente da Câmara, no que concerne a delegação de faturas. Porque neste momento o que acontece é efetivamente isso, eu sou defensor de

Juiz
Dinis
Obsequio

intermunicipalismo e municipalismo, não sou defensor de se criarem órgãos políticos para a regionalização, não temos escala para a regionalização, uma vez que existem já Comunidades Intermunicipais que ocupam esse espaço político.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Moção é um conjunto que tem coisas boas, coisas menos boas e coisas más. Nós temos de ver o que está por trás desta descentralização, o Governo quer passar para as autarquias o Ensino Básico, o Ensino Primário, o Ensino Pré-Primário e o Ensino Secundário, de verbas não se fala, mas mesmo que se fale de verbas, que não vêm, é preciso ver que o litoral tem quase todas as escolas concluídas, o interior está como nós sabemos.

Isto é uma regionalização encapotada, vamos por o “nome ao boi”, que vai passar para a CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, vai passar para a CCDR-N, quem vai beneficiar? O litoral, nós vamos continuar a levar “pancada”, levamos competências e depois é como diz o Senhor Presidente, pagamos as faturas, porque o dinheirinho fica todo lá em baixo.

A região metropolitana do Porto, quer-nos juntos por causa das verbas comunitárias, porque se nós sássemos desse bolo, eles não tinham verbas comunitárias, elas vêm, onde ficam? Ficam na região metropolitana do Porto, no litoral, o interior continua a ser desprezado, transformem isto numa zona de caça! Acabou. Ou então vamo-nos tornar independentes, é para isto que caminhamos.

Se me dissessem assim: Vamos descentralizar para as Comunidades Intermunicipais, como disse o Senhor Deputado *Nuno de Sousa*, aí eu já vacilava, porque com as Comunidades Intermunicipais já nós tínhamos uma palavra a dizer na distribuição das verbas.

Isto que se está a fazer é acabar com o interior e em minha opinião, cada um vota como quiser, mas em minha opinião nós devemos votar contra.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Independentemente de quem seja o Governo, eu disse uma vez aqui na Assembleia Municipal, já lá vão bastantes anos, que o Portugal habitado era para fechar de Vila Real para cima, eu disse que aqui era para colocar uma vedação pela fronteira e montar uma zona de caça, para virem em grandes jipes instalarem-se aqui, haverá com certeza em cada aldeia uma casa habitada, passam o dia e vão embora! Bem-vindo Senhor Deputado *Dinis Veiga* e bem-vindas todas as pessoas que começam agora a pensar nestas situações.

Em relação à Moção, eu vou votar contra, mas vou votar contra por aquilo que o Deputado *Dinis Veiga* disse e vou votar contra por outra razão, a descentralização já foi aprovada em Conselho de Ministros, não sei qual é o efeito de nós irmos aqui aprovar moções, contra Resoluções que são tomadas em Conselho de Ministros, qual vai ser o efeito prático dessa moção? A não ser que reúna outra vez o Conselho de Ministros. Em relação à descentralização e em relação à Moção, eu vou votar contra.

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* da (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu julguei que a Assembleia fosse mais inteligente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

E é.

----- **O Senhor Deputado Municipal *David Garrido* da (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Julguei que fosse mais, das duas uma, ou não perceberam nada do que diz a Moção e eu aceito, ou estão com os “ouvidos emprenhados” com aquilo que tem acontecido, aquilo que eu digo na Moção, eu concordo que no preâmbulo tenha o problema das novas Freguesias, isso é outra história, aquilo que essencialmente eu digo é:

1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.
2. Reiterar a exigência de criação de regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.
3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.
4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

Quem é que está contra? Afinal o que é que diz a Moção? Afinal o que é que se pretende com a Moção? Cada um vota como quiser, é uma verdade.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para mim é uma situação deveras muito significativa em termos de reforma democrática, a descentralização e aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, é um “E-Faturas”, a Câmara simplesmente tem pago aquilo que é descentralizado em termos

Jurista
Deputado
Obsequio

nacionais, aquilo que o Senhor Deputado *David Garrido* disse aqui e que tem uma aceitação pela minha parte, não tem eco nas instâncias que superintendem a nível nacional, aquilo que aqui nós fazemos, nós somos o “mexilhão”, o “mexilhão transmuntano”, eu já dizia aqui há muitos anos, “somos uma coutada”, quando *António Guterres* chegou ao poder e queria por Bragança no mapa, depois apareceu o *Durão Barroso*, depois apareceu o *José Sócrates*, o *Passos Coelho*, o *António Costa* e tudo isto está na mesma, tudo está igual, eu não posso acreditar nisso Senhor Deputado *David Garrido*, com toda a sinceridade, eu não acredito nessa descentralização que o Governo nos promete.

O que o Governo nos promete é dar o Ensino Básicos às Câmaras dar os transportes às Câmaras, é dar a saúde às Câmaras e quem paga tudo isto são as Câmaras, porque o dinheiro, o financiamento, não vem das instâncias que devem vir, que são os Governos, por isso a minha recusa também em relação à Moção apresentada.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pontes* está a pedir a palavra para defesa da honra.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não vou medir aqui o grau de inteligência da minha parte e da parte do Senhor Deputado *David Garrido*, provavelmente eu até ficaria em desvantagem porque o Senhor tem mais idade do que eu e terá muita mais experiência de vida do que eu e portanto não vou medir o grau de inteligência existente entre os dois, no entanto, uma coisa é certa, penso eu que vivo numa democracia e penso eu e tenho a certeza, o Senhor é testemunha disso, que já votei aqui Propostas suas, eu sozinho da minha Bancada, a favor de Propostas suas, agora o que o Senhor não me vai é impor, até porque eu vivo em democracia, não sei em que democracia é que o Senhor vive, eu não vou votar favoravelmente só por o Senhor me ter chamado “pouco inteligente”, isso é que não.

-----A Proposta apresentada pelo Deputado Municipal *David Garrido* da (CDU), mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete votos a favor (um do membro da CDU, quatro dos membros do PS, um do membro do CDS/PP e um do PSD), 17 abstenções (duas dos membros do PS, nove dos membros do CDS/PP e seis dos membros do PSD) e 23 votos contra dos membros do PSD, rejeitar a Moção apresentada pelo Deputado Municipal *David Garrido* da (CDU).

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me citar uma parte da intervenção do Senhor Deputado *José António Ferreira* na Assembleia que se realizou relativamente à comemoração dos 40 Anos do Poder Local, a dada altura diz o seguinte, “...segundo impressionante relatório brutelante documento intitulado “Novo Futuro Comum do Comissariado Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas”, “o desenvolvimento sustentável assenta em três eixos, ambiental, social e económico o qual só pode ser alcançado se estes três eixos evoluírem de forma harmoniosa, nesse contexto, o tirar partido da capacidade instalada nas vertentes turísticas, culturais, desportivas, associativas, educacionais, económicas, patrimoniais e ambientais só pode ser equacionada da se levar em linha de conta a essência da estratégia das comunidades locais, procurando centrar nas pessoas o evoluir das políticas municipais.

Mais do que um conceito fechado e final, este deve pretender ser a base de um plano articulado que imprima a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de um concelho, com vista a alcançar tais objetivos.

Num mundo em permanente transformação também a governação local se encontra perante novos desafios e modelos de desenvolvimento, para que se possa caminhar de forma sustentada para atingir um estado de desenvolvimento transversal, isto é, desenvolvimento económico, físico e ambiente urbano, desenvolvimento turístico e cultural e desenvolvimento social”.

Foi muito oportuno ter havido este articulado nesta intervenção, porque elenca precisamente aquilo que eu quero deixar expresso, que é o seguinte, nunca como hoje e estou-me a reportar todos os assuntos aqui debatidos, o aval do Tribunal de Contas do Piaget, o edifício da Estação de Caminhos-de-Ferro, eu remato com o seguinte, nunca como hoje creio estarmos num momento charneira, para convocar as forças vivas do concelho, no sentido de participar em decisões estratégicas, que alicercem o desenvolvimento sustentado no que concerne à dinamização do tecido socioeducativo e cultural das nossas gentes.

Assim, há que fazer um levantamento exaustivo dos constrangimentos logísticos, em que já funcionam instituições de mais valia atuais e conceder-lhe espaços dignos, assim como gizar outras dinâmicas para otimizar os recentes investimentos em edifícios, caso do Piaget e agora do edifício da Estação de Caminhos-de-Ferro.

Resumindo, temos os edifícios e muito bem e agora a nosso ver, mais do que nunca é momento para pensar e aqui apesar de estar muitas vezes em contradição vou usar uma expressão de “pensar Mirandela”, se não foi assim é parecido, é realmente o momento antes de tomar decisões a avulso e não quero dizer que se tomem, mas como membro da Assembleia tenho esse direito de chamar à

Júlio
David
Abel

colação a necessidade de encontrar pontos de vista convergentes, para o futuro dos recentes edifícios adquiridos, aqueles que provavelmente vagarão e eventualmente aqueles que surgirem.

----- **O Senhor Deputado Municipal David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que me trás cá, é um pouco constrangedor para mim porque me diz diretamente respeito, no entanto a pedido de várias famílias vou apresentar.

Em Golfeiras, no Largo do Terreiro estão plantadas árvores que na minha opinião, e de alguns, não deviam ser plantadas em zonas urbanas e digo isto porque o tipo de folhas que elas produzem, levam ao entupimento de caleiras, sarjetas etc., com a agravante nesta altura de não haver poda, tornando-se mais gravoso com os ventos, é de facto muito mau, na impossibilidade de substituir as árvores, pelos menos que façam as podas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Município de Mirandela, em Assembleia Municipal Extraordinária, celebrou 40 Anos de Poder Local Democrático, uma cerimónia em que foram homenageados os eleitos locais desde as primeiras eleições autárquicas de 12 de dezembro de 1976. Um momento muito significativo da importância do poder local.

No Concelho de Mirandela, as antigas vilas de Abreiro, Frechas, Lamas de Orelhão e Torre Dona Chama, também foram concelhos e, embora extintos, conservam erguido o símbolo distintivo da jurisdição e autonomia desses tempos.

Mirandela, por razões de progresso, calcetar a Praça Velha, na segunda metade do século XIX (6 de maio de 1868), resolveu apagar o seu símbolo de poder local...faz 159 anos no próximo mês de maio, poucos dias antes do dia em que foi elevada a Cidade, 19 de maio, e do feriado municipal, 25 de maio, comemorativo da Carta do Foral dada por D. Afonso III em 1250, Foral que concedeu a Mirandela a responsabilidade de disciplinar as relações com os povoadores, habitantes e poder central.

Não consigo passar na Praça Velha sem sentir este vazio histórico, que deve ser resgatado ao passado, porque a memória dá sentido e fortalece a nossa vida.

Estou, como é fácil perceber, a falar do Pelourinho de Mirandela que, na minha opinião, deve ser recolocado no seu local de origem, o que é perfeitamente viável, por duas razões objetivas:

Infelizmente, não existe nenhuma pedra do Pelourinho de Mirandela, mas, existem informações fidedignas que levam à possibilidade de o poder construir.

Como sabem, um pelourinho é constituído por três elementos essenciais: Base, Fuste (coluna vertical) e Capitel (neste caso com salientes, no caso de Mirandela quatro salientes que são quatro braços que podem ser trabalhos com várias formas).

1ª Razão – Pelourinho de Mirandela – descrição:

Base

- Assenta num pedestal retangular elevado sobre três degraus;

Fuste

- Uma coluna (pilar), com 3 metros de altura aproximadamente;

A coluna é octogonal (com faces lisas ou alternadas, com escudetes e como podemos ver nos pelourinhos de Chacim e Frechas, (assim seria o de Mirandela).

Capitel

- Era encimado por um capitel retangular, a que se sobrepunham quatro salientes, (braços de capitel), (como podemos ver no Pelourinho da Torre de Dona Chama, Chacim, Frechas e Lamas de Orelhão, porque o Pelourinho de Abreiro não tem estes salientes), em cima dos quais estava um escudo de armas de Portugal.

- Conhecemos os desenhos feitos em 1900, por um delegado do Procurador Régio, Dr. *Vale de Sousa*, sobre o que restava do Pelourinho, (Dr. António Júlio do *Vale de Sousa* que foi delegado do Procurador Régio na comarca de Mogadouro, visitando um dia a casa da Câmara de Mirandela, notou que, no pequeno jardim, sob uma profusão de plantas, existiam algumas pedras esculpidas que, juntamente com outras, formavam os canteiros do pequeno jardim anexo ao edifício fazendo-as desenterrar, reconheceu serem os restos de um pelourinho, sabendo por investigações posteriores que faziam parte do que se eleva em outros tempos em frente à Misericórdia). Estas palavras e os desenhos que o Dr. *Vale de Sousa* fez, estão no volume X, página 160, da História de Portugal de *Pinheiro Chagas*, portanto sabemos que:

- Coroa real aberta – rematada por flor-de-lis encima o escudo das armas portuguesas, o que nos leva para o tempo de D. Manuel. (Foral, 1 de julho de 1512... o 1º Foral: D. Afonso III, 25 de maio).

- Os quatro salientes terminam por cabeça de animal (leão), servem de base ao escudo encimado pela coroa real.

Segundo o Abade Baçal, o Pelourinho de Mirandela será muito semelhante, senão igual ao de Chacim.

2ª Razão – acabar com este vazio histórico:

Temos em Mirandela, técnicos especializados ao nível de arqueologia e arquitetura, que nos dão garantias de conseguir uma linguagem arquitetónica e materiais utilizados e técnicas construtivas que sejam uma solução equilibrada, a esta pré existência.

Consequindo uma das opções possíveis:

- a) Reconstrução o mais fidedigna possível;
- b) Optar por uma maneira mais criativa, utilizando materiais e técnicas contemporâneas;

Sou, contudo, adepto da reprodução de forma original, seja qual for a técnica e materiais utilizados, para acabar com este vazio e reavermos o símbolo da jurisdição e autonomia, o padrão de uma longa História social e institucional.

Juiz
Deputado
Obsequio

Proponho ao Executivo que, no próximo aniversário da Cidade, Mirandela receba como prenda: o projeto de restauro deste marco do seu e nosso património histórico e do Poder Local, o Pelourinho da Praça Velha.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Silvio Santos* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O dia vai longo, mas tinha que vir aqui por dois motivos que se prendem com o convite que o membro desta Assembleia, o Senhor Deputado. Dinis Veiga me fez da parte da manhã, aquando da discussão do ponto 4.2, que tem a ver com a reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário Nossa Senhora do Amparo, e não querendo na altura alterar o normal funcionamento dos trabalhos, tendo intervindo o Senhor Presidente da Câmara, não quis estar a intervir à posterior, achei que não era oportuno.

Na qualidade de Juiz da Confraria resta-nos e gostava de referir três pontos:

1. Foi abordada a questão do subsídio atribuído à Confraria, aprovado no passado mês de dezembro, não se falaram em valores e foi finalmente melhorado este ano, o subsídio é público, são 10.000,00 €/mês, já vem facilitar o trabalho daqueles que ao longo do ano se dedicam de forma altruísta, a fazer a gestão daquele Santuário, ao contrário dos últimos cinco anos, em que o orçamento estava reduzido praticamente a cerca de 60 %, daquilo que tinha sido na última década.
2. Há quem considere de facto um investimento muito avultado, cerca de 2 milhões de euros para a religião, como até já foi referido eventualmente, mas aqui não se trata só de religião, penso que não é crime nenhum investir 2 milhões de euros quando 99 %, e não fui eu que encomendei esse estudo, apresentado recentemente até por iniciativa de pessoas estreitamente ligadas a um partido aqui representado nesta Assembleia que não é meu, esse estudo diz-nos que 99% das pessoas desta região se declaram católicas, portanto, nem que fosse por motivos religiosos, não me parecia um crime, mas de facto não o devemos encarar assim, não é uma questão religiosa, é óbvio que ao longo das décadas tudo devemos fazer para que o património surja e perdure, contudo há coisas que não devemos aqui descuidar, aquilo que é a nossa cultura, aquilo que é a nossa identidade, aquilo que é Mirandela e só não vê quem não quer, é inegável que a Senhora do Amparo e seu Santuário são indissociáveis da imagem desta nossa cidade.
3. Esta Confraria tudo tem feito nos últimos anos e continuará a fazer, para colaborar e apoiar o Município de Mirandela no que entendemos ser o ponto de referência, para como referiu o Senhor Presidente da Câmara, continuar a realizar talvez o maior evento da nossa região e que nós tantas vezes reclamamos e é óbvio que não fixa gente aqui, mas tantas vezes reclamamos que precisamos gente na nossa região, já que não os podemos ter 365 dias por ano, que os tenhamos pelo menos 15 dias e que despolete ou incremente de alguma forma a economia local.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José António Costa Ferreira* (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria transmitir que os Membros da Comissão Permanente, como representantes dos Grupos Municipais desta Assembleia, receberam e tomaram devida nota do Relatório Anual de Atividades e Avaliação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Face ao Relatório em questão, não podemos deixar de expressar uma palavra de enaltecimento da CPCJ de Mirandela, na procura e atuação, em conformidade com o regime jurídico que a circunscreve, num sistema de jurisdição voluntária, em observância dos princípios informadores e orientadores da sua intervenção, tais como os princípios do interesse superior das crianças e dos jovens, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade, da prevalência da família, da responsabilidade parental, da obrigatoriedade de informação, da audição obrigatória e da subsidiariedade.

Fica, pois, aqui esta nota de reconhecimento à CPCJ de Mirandela, à sua atuação no âmbito da proteção das crianças e jovens.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Nuno de Sousa* (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começo o segundo ponto, tenho aqui a segunda parte duma intervenção que não conclui propositadamente na primeira intervenção do dia, e que se refere à questão do Índice de Transparência Municipal, porque queria ouvir a resposta do Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este assunto, não consegui ouvir porque tive de me ausentar, a intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá* sobre o assunto, mas daquilo que ouvi queria dizer o seguinte: contra factos não há argumentos, os dados são obtidos, são validados e segundo rigorosos critérios, que até são identificados pela União Europeia, não é a Associação, nem eu faço parte da Associação não tenho de estar aqui a defender a Associação Cívica que trata deste assunto e as Universidades envolvidas, se de facto há um erro em algum parâmetro, deve a Câmara Municipal manifestar essa discordância junto da associação TIAC - Transparência e Integridade, Associação Cívica, não sei se já formalizou essa posição.

Outro ponto é um assunto que tem sido opinado por muitos, em diversas áreas, usando a comunicação social, mas grande parte dos opinantes carece de alguma informação e conhecimento detalhado destas questões.

Numa ação pedagógica aqui e agora, até para clarificar de uma vez por todas esta questão, o índice identifica o seguinte: faz a medição de 308 websites municipais, ou seja, “mede o grau de transferência das Câmaras Municipais, através de uma análise de informação disponibilizada aos cidadãos nos seus websites”. Foi sempre isto que eu disse desde o início, mas outros vinham para aqui tecer grandes elogios à gestão, que não ponha em causa, mas não embandeirar em arco em matérias que não têm nada a ver.

Aqui o importante, e é somente isso, é que isto é uma avaliação da transparência no âmbito do poder local, feita a nível nacional e a única forma encontrada pela União Europeia e pelas diversas Universidades e Instituições envolvidas, foi através dos websites, que são obrigatórias os Municípios terem.

A única forma de encontrar medições que permitem equiparar Municípios e balizá-los num ranking é através desses websites. Se eu não ponho informação num website, no portal do Município, é considerado pouco transparente, se coloco bastante informação e de uma forma que é perfeitamente utilizada por qualquer munícipe, muito funcional, como era o anterior site, porque este não

Junho
Delegado
Obsequio

considero muito funcional, é mais gráfico, mas não é tão funcional e direto quanto o outro e se calhar foi isso que penalizou a avaliação.

Não vamos embandeirar em arco, mas eu fiz questão de ir para a questão da transparência, porque foi assim que começaram há três ou quatro anos atrás, os elogios, eu peguei exatamente nos mesmos procedimentos que vocês fizeram e agora estou a fazer a ação pedagógica que é, isto é só sobre os websites.

Os websites são uma ferramenta pública e devem ser transparentes e espelhar a gestão transparente de um Município, Junta de Freguesia e Assembleia de Municipal, este era um ponto que encerro aqui e que acho que já ficou perfeitamente clarificado.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela Ana Lúcia Pimpão (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção incide sobre dar-vos a conhecer a 3ª edição que a Freguesia da Fradizela realiza dia 26 deste mês, domingo, que é a 3ª Edição da Feira do Vinho e do Bacelo.

Neste sentido, o nosso foco é representar toda a história envolvida na Freguesia, que desenvolveu o tecido económico e empresarial que ainda hoje existe e cria postos de trabalho, que é plantação do bacelo, através do bacelo seguimos à vinha, os cuidados a ter com a vinha, e a produção e tratamento do vinho. São temáticas que têm sido abordadas ao longo destes três anos e que continuamos a insistir para dar a conhecer a temática que temos, desde a sua plantação até ao seu consumo, com produtores, temos dois produtores com vinhos medalhados e reconhecidos internacionalmente que são das vinhas da Fradizela, nesse sentido, convido-os a todos estarem presentes, vai ser uma tarde com algumas provas cegas e temáticas sobre o assunto, que poderão encontrar e esclarecer lá. Como diz o ditado popular, “o vinho é que alegra a gente”, eu fico contente em que todos vós possam participar nesta tarde animada.

----- O Senhor Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é apenas na sequência da ata que hoje aprovamos e teve aquele lapso de gravação, que não permitiu que parte das intervenções fossem retransmitidas.

Acontece que no dia 28 de novembro, na minha intervenção, solicitei que o Executivo esclarecesse quando julgasse oportuno, quais os resultados da experiência do Município nos transportes rodoviários internos da cidade de Mirandela.

Acontece que o Senhor Presidente, na altura, talvez por não ter elementos para ser esclarecedor não o fez, no mesmo dia da Assembleia, enderecei um mail ao gabinete da Assembleia Municipal onde dizia, “não tendo o Senhor Presidente do Executivo dado satisfação ao meu pedido, no sentido de transmitir os resultados da experiência do Município com os transportes rodoviários internos na cidade de Mirandela, requeiro ao abrigo do disposto do artigo nº 36 dos Estatutos da Assembleia tal me seja concedido”, estou e continuo aguardar que isso seja feito.

----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho uma coisa em relação aos geoportais, falar aqui no Plano de Urbanização e também no Plano de Pormenor, o Plano de Urbanização é um elemento imprescindível como também os Planos de Pormenor, o PU penso que se está a realizar e para haver uma transparência maior, seria necessário fazer Planos de Pormenor, os PP como os PU, esta atividade é regulada pela Lei Bases da Política dos Solos e do Ordenamento do Território e do Urbanismo, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio e pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Garantir o acompanhamento, elaboração, alteração e revisão dos Planos mediante a solicitação da entidade promotora, neste caso a Câmara Municipal, designadamente, com a realização de reuniões, emissão de pareceres sobre as propostas preliminares do plano, acompanhar a avaliação ambiental dos planos, designadamente, emitir parecer sobre a sua qualificação quando solicitado pela entidade promotora e sobre o âmbito e o alcance da informação incluindo Relatório Ambiental, no chamado RA, promover e coordenar a realização da conferência procedimental de todas as entidades representativas dos interesses a ponderar, o chamado ERIP - Entidades Representativas dos Interesses a Ponderar, pela apreciação da proposta de planos apresentados pelas entidades promotoras.

Aqui faço uma descrição porque em várias Câmaras Municipais do distrito fiz vários PP, para essas Câmaras, portanto disse isso em 2004, quando falei sobre pensar Mirandela, que era necessário fazer um PU e PP e até hoje essa situação não foi realizada, é evidente que não se pode realizar tudo ao mesmo tempo, mas é um procedimento que deve ser pensado pela Câmara, para que haja a tal transparência e os outros partidos da oposição tanto realçar não há transparência web etc, etc. tudo isso é uma situação que a Câmara deve ponderar.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui deixar dois desafios à Câmara Municipal, no seguimento alguns mails que troquei com o Senhor Presidente, ontem assistimos à apresentação das Aru's, quem anda por dentro disto percebe a importância das Aru's, mas deixava aqui o desafio para que as Aru's fossem extensivas às Freguesias.

A lei permite-o, era importante termos esses mecanismos a funcionar na nossa Freguesia, não digo que fosse nas aldeias todas mas nas sedes de Freguesia, porque se há possibilidades para a reabilitação urbana, se queremos trazer pessoas efetivamente para aquilo que está desocupado, as aldeias acabam por ser o espelho destes problemas todos.

Não sei até que ponto uma aposta na reabilitação urbana criando efetivamente esse mecanismo, não poderia trazer coisas positivas para as nossas aldeias, que cada vez carecem de menos gente e cada vez estão mais desertificadas.

Junho
Dezembro
Outubro

Nesse seguimento está a decorrer um programa que é a Eleição das 7 Maravilhas das Aldeias de Portugal, já deixei esse desafio ao Senhor Presidente da Câmara para perceber se a Câmara vai ou não lançar esse processo e se vai ou não lançar algumas aldeias para a frente, o projeto termina dia 7 de março, em termos de candidatura.

Eu gostava muito de concorrer com as minhas aldeias, mas cada candidatura tem um custo de quase 200 € e torna-se um pouco incomportável efetivamente se calhar a Junta assumir isto.

Deixava o desafio ao Senhor Presidente, gostava muito de candidatar pelo menos uma das localidades para nós emblemática, e achava que nós deveríamos estar neste processo, porque as aldeias fazem parte do concelho, são uma peça importante do concelho, e não nos deveríamos lembrar apenas das aldeias quando chegar o mês de setembro ou outubro para as percorrer.

Estes dois mecanismos, quer as Aru's quer as 7 Maravilhas, podem lançar as nossas aldeias do concelho para um patamar diferente daquele que nós temos hoje, e se temos matéria humana para poder trabalhar nisto, acho que terá que haver um pouco de vontade política para implementar essas duas ideias.

----- O Senhor Deputado Municipal *Dinis Veiga* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Grupo Parlamentar do PSD, sublinha o bom trabalho feito pelos técnicos que fizeram estes geoportais.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão do Largo do Terreiro, Senhor *David Garrido* já me tinha sido colocada por pessoas, vamos fazer uma avaliação, a poda acho que já chegou a estar agendada, uma poda bastante forte, mas também já me levantaram a questão, de que até que ponto elas são adaptadas, por isso é um assunto que estamos atentos e vamos resolver ainda antes da primavera, porque efetivamente provoca problemas na festa, acho que têm dificuldades com a colocação das luzes, há um conjunto de problemas que iremos tentar resolver.

Em relação ao Senhor Deputado *Silvio Santos*, o alinhamento entre a Confraria e a Câmara acho que é comum e tem-se reportado principalmente, para lá das questões financeiras, tem sido as questões organizacionais, que se nota que há algum descanso em relação à pressão que existe sobre a festa, é fruto da nossa relação e fruto do trabalho dos voluntários da Confraria e dos funcionários municipais, se dedicam de uma maneira muito particular à festa e trabalham muito em favor da festa, gostava de realçar isto, penso que é um investimento bom e que durante estes anos todos sofreram graves problemas de apoio, tiveram de os suportar e sempre com um sorriso, por isso é necessário enaltecer.

Também gostava de dizer ao Senhor Deputado *José António Ferreira* que é bom por vezes ver que a Oposição também sabe reconhecer quando as coisas são bem feitas e eu vejo isso com agrado, é bom ouvirmos aqui, umas vergastadas quando tem que ser, mas também é bom ouvirmos que as pessoas sabem reconhecer e ler os documentos, neste caso em relação à CPCJ, julgo que isso é importante.

Em relação ao Senhor Deputado *Nuno de Sousa* tenho que dizer que estamos plenamente de acordo, até lhe digo mais, afirmei aqui que até considerava o nosso site, não obstante ser um site moderno, até em termos gráficos, tenho comentado que o considero um pouco de difícil acesso e isso está-nos a levar a pequenas alterações, nomeadamente, dividi-lo em duas partes, o site de Mirandela e o site visite.

Não tenho qualquer inconveniente em relação ao IMT, nós participamos, podemos recusar e aliás respondemos ao inquérito que eles nos enviam, não tenho qualquer complexo. O que quero dizer é que temos que olhar para estas coisas e vermos hipóteses de melhoria e não como crítica de maneira nenhuma e recebemos todos os dias outros indicadores, noutras áreas se calhar este é mais mediático, mas noutras áreas que também tentamos resolver.

Não há crítica ao instrumento e julgo que o Senhor Deputado *Rui Sá* quis dizer, se calhar com pequeno toque aqui e além, mesmos os próprios Municípios conseguem melhorar a sua classificação.

Em relação ao Senhor Deputado *Faustino Cunha* dizer-lhe que esse pedido foi enviado para o Metro e é o Metro que lhe vai responder, mas vou verificar se isso já está tratado uma vez que é o Metro que gere os transportes. De qualquer forma julgo que isso está em andamento.

Foram feitos aqui dois apelos, um do Senhor Deputado *Pedro Beato* sobre um simbólico elemento de Mirandela, que foi objeto de debate, na altura em que foi feita a obra da Praça 5 de outubro, esse debate surgiu na Câmara, se se devia manter no local, que foi diferenciado, mas penso que é um bom exemplo de debate e isto vai no seguimento daquilo que disse a Senhora Deputada *Odete Ferreira*, é preciso debater alguns assuntos e a nossa disponibilidade é total.

Os formatos como se fazem podem ser melhorados, dou o exemplo do Santuário da Senhora do Amparo, antes de tomar uma decisão fomos ao público, esteve-se lá e aquando da apresentação, esteve lá o documento e a Arq.^a *Celene Marta*. esteve o tempo necessário para quem quis colocar perguntas e ela poder responder e dar a opinião, foi uma forma de debater aquele documento.

Efetivamente é preciso entender que hoje não se fazem as coisas como se faziam no passado, comprar o edifício da Estação não é assim tão inocente, comprar o Piaget também não é inocente, pois se olharem para aquilo que é o planeamento que temos vindo a fazer, o planeamento que temos sustentado e olharem para o geoportal estão lá as componentes do turismo, através do património móvel, através das oliveiras, está a componente do ordenamento, através dos mapas, está a componente social, através dos equipamentos que estão referenciados, vão ver os geoportais, isso tudo congrega-se em torno daquilo que é a nossa estratégia, em relação ao desenvolvimento integrado em certas zonas da cidade, eu diria que o PEDU vem na sucessão daquilo que são as Aru's, que foi feito um planeamento mais "fino" e estas Arus foram constituídas duas', uma da zona histórica e uma da zona Vale da Azenha.

Estas duas Aru's são dois elementos fundamentais, nos quais se incluem este edifício do Piaget, por exemplo, o edifício da Estação também, e num conceito de planeamento integrado tendo em conta essas componentes, que não quer dizer que sejam fechadas, isso traz-nos um pouco para aquilo que o Senhor Presidente de Junta *António Martins* aqui falou.

Juiz
Deputado
Ordem

Sem dúvida eu concordo com a necessidade de em situações devidamente identificadas e não generalizadas e principalmente em Freguesias em que os chamados núcleos estão cada vez mais degradados., o conceito da Aru pode ser bastante útil, eu concordo plenamente com isso e julgo que é algo a que nos podemos dedicar, desde logo porque a Aru é um planeamento, neste momento estamos a lançar a Aru, que depois dará origem a um documento muito mais detalhado do que é feito e nesse documento é possível detalhar as intervenções da forma como elas são feitas.

Mas tem coisas simples, aliás foi dito ontem na reunião que fizemos com os habitante do Bairro Fundo de Fomento Habitação, como por exemplo, o IVA das intervenções passar de 23% para 6%, só isso já é significativo, a isenção de taxas municipais quando for considerado de interesse Municipal e um conjunto de intervenções que podem ajudar a dinamização de algumas aldeias, fica o meu compromisso de efetivamente avançarmos nesse sentido e julgo que terá que haver uma identificação técnica. Sei que já foi feito pela Câmara Municipal esse exercício, para uma ou duas aldeias, por exemplo nos Avantos, foi feita uma avaliação e outras que foram feitas em tempos, foram avaliações em contexto tendo em conta o PDM, mas hoje em dia estes instrumentos de planeamento permitem-nos isso exatamente.

Naturalmente que nós vamos concorrer às 7 Maravilhas das Aldeias de Portugal, neste momento assumimos que a Desteque, que já fez as candidaturas, na altura à gastronomia, tem vindo a trabalhar nesta área e está a fazer uma análise de contexto, porque nem todas as aldeias podem concorrer e não vamos concorrer com as 102 aldeias e depois sabemos logo que à partida umas são excluídas por isto ou aquilo, nesse sentido haverá uma candidatura da Câmara de Mirandela, que eu espero ter na próxima semana a proposta concretizada, em relação a um conjunto de núcleos, fazendo uma análise a fim de podermos ser minimamente vencedores, porque se chegarmos lá e formos excluídos na primeira fase não é esse o nosso propósito, recordo quando foi das 7 Maravilhas Gastronómicas, apresentámos 30 propostas de pratos e ficou para a fase final só a Alheira de Mirandela.

Por isso iremos tentar ter presentes as aldeias que achamos que neste momento podem ter características vencedoras, porque há aldeias históricas, há aldeias rurais, há um conjunto de áreas que poderemos ter candidatas.

5.1 - Geoportais: Património e Consulta ao P.D.M. – Plano Diretor Municipal de Mirandela

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral *Guedes Marques*, disse:

Gostaria de fazer uma pequena introdução, desde logo o que são geoportais? Os geoportais não são mais que pastas de arquivo de informação referenciada geograficamente e que são essencialmente informações que estão acessíveis, várias delas ao público, de todas essas informações e dos vários geoportais, aquele que é mais relevante e nos mobiliza para vir aqui é exatamente o acesso à informação relativa ao Plano Diretor Municipal.

De facto temos um PDM há um ano e meio, que foi aprovado exatamente na contingência de uma nova legislação, quer o regulamento jurídico de instrumento de gestão territorial e que nos apressou exatamente essa aprovação, no entanto, justifica-se agora que o PDM, que ainda é tão recente, venha também ele a ser ajustado ao novo regulamento.

Todo o atraso que se verificou na elaboração do PDM, que demorou 15 anos a ser publicado, deveu-se essencialmente e em muito à constante saída de legislação, que fazia reportar à estaca zero, todo o trabalho que entretanto tinha sido feito.

Neste momento temos um PDM efetivo, válido a funcionar, mas já a justificar o ajustamento a esse novo regime, porque é imprescindível esse ajustamento para que também o Plano de Urbanização, que estava praticamente pronto, já não teve oportunidade de ser publicado, porque cumprindo no entanto o PDM já não cumpria o Regime Jurídico.

Esta informação é importante porque ainda este ano haverá que subcontratar um novo gabinete, para que se promova esse ajustamento do atual PDM e a conclusão do Plano de Urbanização, que são dois documentos determinantes. Vale a pena pela apresentação que vamos procurar que seja muito sumária, e acima de tudo evidencie a possibilidade a todos, de poderem, através da internet, verificar aquilo que são essencialmente duas matérias, as proibições que estão traduzidas nas plantas de condicionantes e as permissões que estão traduzidas nas plantas de ordenamento.

É essa fórmula de acesso através da internet que vos vai ser mostrada e que obviamente para qualquer outro esclarecimento posterior à apresentação, estamos disponíveis para complementar.

A Dr.^a *Maria Gouveia* é a responsável pelo Sistema de Informação Geográfica, a Câmara tem funcionários, como aqui já foi referido, “têm dado exímia conta do recado” e também neste serviço a demonstração daquilo que tem estado a ser feito, também é uma prova disso, para qualquer outro esclarecimento ficaremos disponíveis para os Senhores Deputados.

----- Foi efetuada uma apresentação sobre os geoportais, elaborada pela Técnica *Maria Gouveia*.

6– 2.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas.


O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

A Primeira Secretária;


Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa

A Segunda Secretária


Otília Raquel Fernandes Lima